



E-book

Bloco 9: Intermediário –
Regulação

CNU 2025

PROVA COMENTADA

Olá, futuro(a) servidor(a) público(a)!

É com imensa satisfação que apresentamos a prova comentada para o **CNU 2025 - Bloco 9**. Nossos melhores professores cuidadosamente comentaram as questões, explicando detalhadamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Transforme seus estudos com um material direto, prático e comprometido com a sua aprovação. Caminhe rumo à sua vaga no serviço público com as ferramentas certas ao seu lado.

Estamos juntos nesta jornada!

Sucesso nos estudos!

FAÇA PARTE DO GRUPO DE ESTUDOS DO ESTRATÉGIA CONCURSOS NO WHATSAPP! 🦉

Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo do **Bloco 9 para o CNU 2025**.



CLIQUE AQUI E ACESSE! 🖱️

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	5
REALIDADE BRASILEIRA	19
NOÇÕES DE DIREITO	38
MATEMÁTICA	59
REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS	89



Estratégia
Concursos



CONHECIMENTOS **GERAIS**

BLOCO 8 E 9

CNU²⁰₂₅

PROVA COMENTADA

ESTRATÉGIA CONCURSOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Mudanças climáticas podem ampliar o risco da Doença de Chagas na Amazônia (trecho adaptado)

Leandro Schlemmer Brasil, Divino Vicente Silvério, Filipe França, José Orlando de Almeida Silva, Leandro Juen, Leonardo Viana de Melo, Thiago Bernardi Vieira e Walter Souza Santos

As mudanças climáticas estão alterando silenciosamente o cenário da saúde pública na Amazônia. As frequentes secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais podem levar ao surgimento de novas doenças ou ao avanço de doenças já controladas.

Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que mesmo com os avanços recentes nos estudos sobre sua biologia e controle de transmissão, pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações que estão sendo realizadas nas paisagens.

Um estudo publicado recentemente na revista *Medical and Veterinary Entomology* [...] deixa um alerta claro: o aquecimento global pode facilitar a expansão dos barbeiros, vetores da Doença de Chagas, para novas áreas da floresta.

A doença de Chagas

A doença, causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, é transmitida principalmente por insetos conhecidos como barbeiros. A Doença de Chagas (DC) existe há milhões de anos como uma doença em animais silvestres, que passou a ser transmitida ao homem, de forma acidental, a partir da invasão dos ambientes silvestres por populações humanas.

Projeções preocupantes

Nosso estudo analisou mais de 11 mil registros de ocorrência de 55 espécies de barbeiros. Utilizamos uma técnica chamada modelagem de nicho ecológico, que cruza dados biológicos e ambientais, para prever como esses vetores podem se deslocar até 2080 sob diferentes cenários climáticos.

Os resultados indicam uma tendência preocupante: os barbeiros devem expandir sua distribuição na Amazônia, especialmente em áreas já vulneráveis. Esse movimento pode surpreender os sistemas de saúde despreparados, afetando populações que já enfrentam desigualdades e condições precárias de moradia.

Uma questão de saúde climática

Um dos principais dados gerados pelo estudo é o mapeamento das áreas da Amazônia que podem ter aumento na presença de barbeiros vetores da Doença de Chagas até 2080, especialmente sob cenários de mudanças climáticas intensas. [...]

Esses dados permitem direcionar ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões. Trata-se de uma ferramenta estratégica para antecipar riscos e evitar surtos futuros. [...]

A próxima Conferência do Clima da ONU (COP 30), marcada para ocorrer em Belém, traz uma oportunidade histórica. Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões. A crise ambiental também é uma crise de saúde e Justiça social. E a ciência tem muito a contribuir com soluções baseadas em dados e equidade.

(Fonte: The Conversation. Disponível em: <https://theconversation.com/mudancas-climaticas-podem-ampliar-o-risco-da-doenca-de-chagas-na-amazonia-259641>)

1) Segundo o estudo relatado no texto 1, existe o risco de o Brasil se deparar, nas próximas décadas, com um novo problema de saúde pública: surtos da Doença de Chagas na Amazônia.

1. A combinação de fatores associada à possível emergência desse problema está corretamente descrita, de acordo com o texto 1, na seguinte alternativa:

- A) secas provocam enchentes, que facilitam a ocorrência de desmatamentos, que, por sua vez, propiciam surtos da Doença de Chagas;
- B) mudanças climáticas causam a expansão dos barbeiros, o que, juntamente com condições precárias de moradia, provoca surtos da Doença de Chagas;
- C) o aquecimento global provoca a expansão dos barbeiros, o que leva ao deslocamento dos vetores, ocasionando, finalmente, surtos da Doença de Chagas;
- D) o protozoário *Trypanosoma cruzi* infecta barbeiros; estes, por sua vez, se espalham em consequência da modelagem de nicho ecológico, provocando surtos da Doença de Chagas;
- E) a invasão de ambientes silvestres produz contato entre humanos e animais silvestres, o que provoca a transmissão acidental do protozoário aos humanos, acarretando surtos da Doença de Chagas.

Comentários:

Pessoal, entendo que há duas respostas corretas na questão 1. A alternativa C é claramente **correta** e literal no texto:

Vejam o parágrafo:

*Um estudo publicado recentemente na revista Medical and Veterinary Entomology [...] deixa um alerta claro: o **aquecimento global** pode facilitar a **expansão dos barbeiros**, vetores da Doença de Chagas, para **novas áreas da floresta**.*

Vale destacar o significado de “surto” de uma doença segundo o Instituto Butantan:

Um surto ocorre quando há aumento localizado do número de casos de uma doença.

A relação de causalidade aqui é:

o **aquecimento global** >>> a **expansão dos barbeiros** >>> para **novas áreas da floresta** >>> surtos

Esses surtos PODEM atingir TAMBÉM (mas não somente) áreas mais vulneráveis.

*Os resultados indicam uma tendência preocupante: **os barbeiros devem expandir sua distribuição na Amazônia, especialmente em áreas já vulneráveis**. Esse movimento pode surpreender os sistemas de saúde despreparados, afetando populações que já enfrentam desigualdades e condições precárias de moradia.*

Portanto, a relação de causalidade expressa e literal no texto está descrita exatamente na alternativa C:

*(C) o **aquecimento global** provoca a **expansão dos barbeiros**, o que leva ao **deslocamento** dos vetores, ocasionando, finalmente, **surtos** da Doença de Chagas;*

o **aquecimento global** >>> a **expansão dos barbeiros** >>>, para **novas áreas da floresta** >>> surtos

A alternativa C (também) está correta, o que embasa o pedido de anulação, por duplicidade de resposta.

Gabarito: B.

2. O texto 1 é um relato, em estilo jornalístico, dos resultados de uma pesquisa científica. De acordo com o texto 1, um benefício potencial da pesquisa relatada é a possibilidade de:

- A) refutar o negacionismo climático, ao discutir as origens do aquecimento global;
- B) orientar investimentos públicos, ao identificar áreas de risco para a Doença de Chagas;
- C) mapear áreas de possível infestação de barbeiros, ao realizar modelagem de nicho ecológico;
- D) ampliar a consciência ambiental, ao evidenciar os efeitos negativos das mudanças climáticas;
- E) incentivar o letramento científico, ao fornecer informações sobre as origens da Doença de Chagas.

Comentários:

O benefício do mapeamento é orientar ações de prevenção, que foram políticas públicas enumeradas no texto:

Um dos principais dados gerados pelo estudo é o mapeamento das áreas da Amazônia que podem ter aumento

na presença de barbeiros vetores da Doença de Chagas até 2080, especialmente sob cenários de mudanças climáticas intensas. [...]

Esses dados permitem direcionar ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões. Trata-se de uma ferramenta estratégica para antecipar riscos e evitar surtos futuros. [...]

Muito cuidado com a C:

(C) mapear áreas de possível infestação de barbeiros

Mapear as áreas é o próprio resultado dos estudos, o conteúdo das descobertas. O “benefício” é o que se faz com isso: ações preventivas.

Gabarito: B.

3. "Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões." (Texto 1, 9º parágrafo) A expressão "saúde climática" é relativamente recente na língua portuguesa, o que significa que muitos falantes ainda não a conhecem. A partir da leitura do texto 1, contudo, é possível inferir o seu significado. Com base na leitura do texto 1, é correto inferir que essa expressão se refere à:

- A) saúde global do planeta, afetada pelas mudanças climáticas;
- B) saúde dos ecossistemas silvestres, fragilizada pela invasão da espécie humana;
- C) saúde de populações humanas, impactada pelo aquecimento global;
- D) saúde das comunidades amazônicas, ameaçada pela expansão dos barbeiros;
- E) saúde funcional e estrutural dos nichos ecológicos, deteriorada pelas pesquisas científicas.

Comentários:

Essa questão é de inferência sobre o sentido de uma expressão que aparece apenas no último parágrafo do texto e não é definida nem detalhada no texto.

A saúde climática é associada a doenças ligadas ao clima.

Tomando o trecho retirado do **próprio texto original da prova**:

A Amazônia enfrenta múltiplos desafios de degradação ambiental, e a eles se soma o risco crescente de doenças infecciosas associadas ao clima.

Então, a alternativa que traduz exatamente isso é:

(A) saúde global do planeta, afetada pelas mudanças climáticas;

Há duas objeções ao gabarito oficial:

1) “saúde de populações humanas” restringe o problema apenas aos seres humanos; a abordagem ambiental deve considerar também os demais seres vivos. Aliás, a doença de Chagas afeta originalmente animais, como está citado no próprio texto.

2) “afetada por mudanças climáticas” é um termo muito mais abrangente do que apenas “aquecimento global”, que é apenas um tipo/exemplo de mudança climática.

O próprio texto menciona outras mudanças: enchentes, secas, desmatamentos E DEMAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS (indicando outros).

*“As mudanças climáticas estão alterando silenciosamente o cenário da saúde pública na Amazônia. As frequentes **secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais** podem levar ao surgimento de novas doenças ou ao avanço de doenças já controladas.”*

Assim, é literal no texto que “saúde climática” é a saúde impactada por “mudanças climáticas” em geral. A alternativa restringe o conceito a apenas doenças causadas pelo “aquecimento global”.

Cito o exemplo de doenças causadas por contaminação da água, uma outra mudança climática: leptospirose, cólera, diarreia. Esse exemplo prova que há questões de saúde climática não ligadas diretamente ao aquecimento

global.

A própria banca, em outra questão da mesma prova, validou que “mudanças climáticas” é termo geral e “secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais” são termos específicos, contidos no termo geral.

“[As mudanças climáticas estão alterando silenciosamente o cenário da saúde pública na Amazônia.] [As frequentes secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais podem levar ao surgimento de novas doenças ou ao avanço de doenças já controladas.]” (Texto 1, 1º parágrafo)

(C) do geral para o particular;

Assim, argumentamos pela alteração do gabarito oficial, por restringir e contrariar a literalidade do texto.

Gabarito: C

4. "A crise ambiental também é uma crise de saúde e justiça social." (Texto 1, 9º parágrafo) Na passagem acima, estabelece-se uma relação entre crise ambiental e justiça social. Da leitura do texto 1, infere-se que essa relação reside no fato de que:

- A) o poder público se mostra inoperante diante da crise climática;
- B) o fortalecimento da vigilância entomológica não é feito com base em dados concretos;
- C) os impactos da crise ambiental são sentidos mais fortemente pela população mais pobre;
- D) os recursos financeiros para o enfrentamento da crise não são distribuídos igualitariamente entre os estados;
- E) a responsabilidade pela crise é majoritariamente dos países desenvolvidos, cujo processo de industrialização é anterior.

Comentários:

A justiça social remete ao fato de que os novos surtos de doenças de Chagas atingem áreas pobres da Amazônia. O impacto é ainda pior nas regiões mais vulneráveis.

*“Os resultados indicam uma tendência preocupante: **os barbeiros devem expandir sua distribuição na Amazônia, especialmente em áreas já vulneráveis**. Esse movimento pode surpreender os sistemas de saúde despreparados, afetando populações que já enfrentam desigualdades e condições precárias de moradia.”*

Gabarito: C.

5. As mudanças climáticas estão alterando silenciosamente o cenário da saúde pública na Amazônia.] [As frequentes secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais podem levar ao surgimento de novas doenças ou ao avanço de doenças já controladas.]" (Texto 1, 1º parágrafo) O primeiro parágrafo do texto 1 é composto por dois períodos, que estão identificados acima por meio de colchetes. Considerando o papel de cada período na organização do parágrafo, é correto afirmar que essa passagem se estrutura da seguinte maneira:

- A) da tese para a antítese;
- B) da antítese para a tese;
- C) do geral para o particular;
- D) do particular para o geral;
- E) da hipótese para a refutação.

Comentários:

“mudanças climáticas” é um termo geral. Indica um conjunto.

“secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas” são exemplos específicos dentro desse conjunto. Temos aqui uma relação de hiperônimo e hipônimo. Em outras palavras, uma relação de geral para particular.

Gabarito: C.

6. "Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões. A crise ambiental também é uma crise de saúde e justiça social." (Texto 1, 9º parágrafo) A passagem acima é composta por dois períodos. É possível, no entanto, reescrevê-la em um período único. A alternativa em que essa reescritura preserva o sentido original é a seguinte:

- A) Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões, pois a crise ambiental também é uma crise de saúde e justiça social.
- B) Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões, embora a crise ambiental também seja uma crise de saúde e justiça social.
- C) Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões; contudo, a crise ambiental também é uma crise de saúde e justiça social.
- D) Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões, desde que a crise ambiental também seja uma crise de saúde e justiça social.
- E) Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões; consequentemente, a crise ambiental também é uma crise de saúde e justiça social.

Comentários:

A relação é de justificativa/explicação. A justiça social é o motivo da importância:

Precisamos discutir a saúde climática PORQUE é também uma crise de saúde e justiça social.

A banca escreveu essa relação com o conectivo "pois".

(A) Precisamos colocar a saúde climática no centro das discussões, pois a crise ambiental também é uma crise de saúde e justiça social.

Nas outras alternativas: "embora" e "contudo" expressam relação opositiva; "desde que" indica condição; "consequentemente" indica consequência.

Gabarito: A.

7. "Esse movimento pode surpreender os sistemas de saúde despreparados, afetando populações que já enfrentam desigualdades e condições precárias de moradia." (Texto 1, 6º parágrafo) A frase em que a palavra "já" tem o mesmo sentido que se verifica na passagem acima é:

- A) Saia aí de dentro já!
- B) Já, já eu te dou uma resposta.
- C) Eu já nem sei o que eu ia falar.
- D) Já que você não se opõe, podemos iniciar o projeto.
- E) Você melhorou ainda mais um prato que já era gostoso.

Comentários:

As populações já enfrentam desigualdades (começaram a enfrentar antes e continuam enfrentando).

O "já" do enunciado indica algo que ocorria anteriormente.

(E) Você melhorou ainda mais um prato que já era gostoso.

Era gostoso antes e ficou mais.

Vejamos as demais:

(A) Saia aí de dentro já!

"já" significa imediatamente.

(B) Já, já eu te dou uma resposta.

"já, já" significa daqui a pouco, em breve.

(C) Eu já nem sei o que eu ia falar.

"já" indica uma mudança: sabia e não sei mais.

(D) Já que você não se opõe, podemos iniciar o projeto.

“já que” é conectivo causal.

Gabarito: E.

8. As frases presentes nas alternativas abaixo são reescrituras de diferentes passagens do texto 1. O único caso em que essa reescritura acarretou erro no uso do acento grave é:

- A) As frequentes secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais podem dar margem à emergência de novas doenças.
- B) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde devido à alterações que estão sendo realizadas nas paisagens.
- C) O aquecimento global pode levar à expansão dos barbeiros, vetores da Doença de Chagas, para novas áreas da floresta.
- D) A Doença de Chagas (DC) existe há milhões de anos como uma doença em animais silvestres, que passou a ser transmitida à espécie humana.
- E) Os resultados indicam uma tendência preocupante: os barbeiros devem expandir sua distribuição na Amazônia, especialmente no que se refere às áreas já vulneráveis.

Comentários:

O erro está em: devido à alterações. Se há acento grave, então deve haver o artigo que justifica a fusão: devido às alterações

Nas demais, temos fusão de preposição e artigo:

(A) As frequentes secas, enchentes, desmatamentos e demais problemas ambientais podem dar margem a+a= À emergência de novas doenças.

(C) O aquecimento global pode levar a+a= À expansão dos barbeiros, vetores da Doença de Chagas, para novas áreas da floresta.

(D) A Doença de Chagas (DC) existe há milhões de anos como uma doença em animais silvestres, que passou a ser transmitida a+a= À espécie humana.

(E) Os resultados indicam uma tendência preocupante: os barbeiros devem expandir sua distribuição na Amazônia, especialmente no que se refere a+a= À áreas já vulneráveis.

Gabarito: B.

9. "Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que [...] pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações que estão sendo realizadas nas paisagens." (Texto 1, 2º parágrafo) A única reescritura do trecho sublinhado na qual se verifica erro gramatical associado ao uso do pronome relativo é:

- A) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações às quais as paisagens estão sujeitas.
- B) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações que as paisagens estão sofrendo.
- C) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações às quais as paisagens estão expostas.
- D) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações pelas quais as paisagens estão passando.
- E) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações que as paisagens estão sendo submetidas.

Comentários:

“submetidas” exige preposição “a”; é o que faltou na alternativa E:

(E) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações **A** que as paisagens estão sendo **submetidas**.

Nas demais, a preposição exigida pelo termo posterior está corretamente inserida antes do relativo.

(A) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações às quais as paisagens estão sujeitas.

(B) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações que as paisagens estão sofrendo. ("sofrer" não exige preposição)

(C) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações às quais as paisagens estão expostas.

(D) Um caso emblemático é o da Doença de Chagas, que pode representar novamente um desafio para nosso sistema de saúde em virtude das alterações pelas quais as paisagens estão passando.

Gabarito: E.

10. Esses dados permitem direcionar ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões." (Texto 1, 8º parágrafo) A reescritura da passagem acima que NÃO apresenta erro gramatical é:

- A)** Esses dados permitem que seja direcionado ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes comunidades que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões.
- B)** Esses dados permitem que se direcione ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões.
- C)** Esses dados permitem que ações preventivas - como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais - sejam direcionadas antes

que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões.

- D) Esses dados permitem o direcionamento de ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades X vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que se intensifique nessas regiões, a transmissão da doença.
- E) Com esses dados, pode-se direcionar ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que ocorra a intensificação da transmissão da doença nessas regiões.

Comentários:

O foco da questão é a concordância.

Não ocorre erro apenas na C:

(C) Esses dados permitem que AÇÕES preventivas - **como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais** - SEJAM DIRECIONADAS antes que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões.

O verbo “sejam” concorda com o núcleo do sujeito “ações”. O termo exemplificativo está isolado entre parênteses.

Vamos corrigir as demais:

(A) Esses dados permitem que SEJAM DIRECIONADAS AÇÕES preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes comunidades que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões.

(B) Esses dados permitem que se direcionem (QUE SEJAM DIRECIONADAS) ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que a transmissão da doença se intensifique nessas regiões.

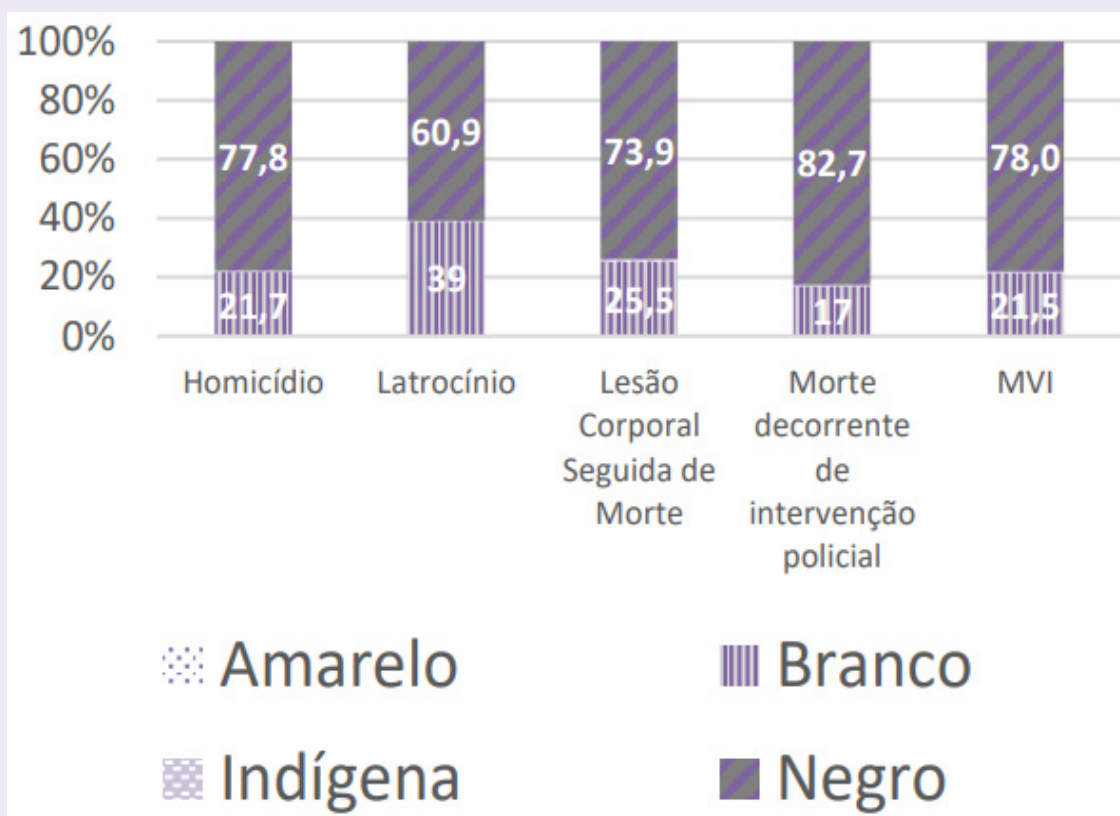
(D) Esses dados permitem o direcionamento de ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que se intensifique nessas regiões a transmissão da doença. (A vírgula separava o sujeito do verbo)

(E) Com esses dados, podem-se direcionar (PODEM SER DIRECIONADAS) ações preventivas, como o fortalecimento da vigilância entomológica, campanhas educativas em comunidades vulneráveis e melhorias nas condições habitacionais, antes que ocorra a intensificação da transmissão da doença nessas regiões.

Gabarito: C.

REALIDADE BRASILEIRA

11. Interprete o gráfico a seguir sobre a distribuição percentual das mortes violentas intencionais (MVI) por cor/raça e categoria de registro no Brasil, no ano de 2023.



(Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2024, p. 34)

Com base nos dados expressos no gráfico, e considerando os debates sobre desigualdade e violência no Brasil, é correto afirmar que:

- A) os índices apontam para o caráter estrutural do racismo, embora não permitam inferir sobre os efeitos discriminatórios da política penal;
- B) o viés racial é secundário na análise das práticas estatais de controle social, em função da íntima relação entre desigualdade socioeconômica e vulnerabilidade comunitária;
- C) a racialização da violência letal tende a perder centralidade à medida que os indicadores sociais melhoram, como demonstrado nos casos de latrocínio;
- D) a distribuição por cor/raça evidencia a seletividade da violência, intensificada nas ocorrências em que o Estado figura como agente direto da letalidade;
- E) as taxas de mortes violentas intencionais (MVI) sugerem a superação dos abusos institucionais e a continuidade de práticas coercitivas em contextos interpessoais.

Comentários:

A questão retrata a ocorrência de crimes fatais, evidenciando que o número de ocorrências se agrava na população negra, tendo em vista a perpetuação do racismo estrutural.

A. **Errado.** Os itens evidenciam a presença do racismo estrutural também no que diz respeito aos índices diante do cometimento de crimes violentos, de modo que a primeira parte da alternativa está correta. Contudo, a parte final está incorreta, pois afirma que os dados não permitem inferir sobre os efeitos discriminatórios da política penal. Vê-se que o gráfico apresenta o índice de 82,7% de mortes ocorridas por meio de intervenção policial, o que demonstra que o racismo estrutural está presente também nas ações policiais e que esses agentes também cometem discriminação.

B. **Errado.** A partir dos dados apresentados, é possível observar que o critério cor/raça é primário e definidor do cometimento de crimes que retratam mortes violentas intencionais (MVI), o que permite afirmar que o racismo estrutural é um grande atributo dessas práticas.

C. **Errado.** O gráfico representa mortes violentas intencionais (MVI), não evidencia um cenário envolvendo a

diminuição da racialização da violência letal.

D. **Certo**. A alternativa “d” está **correta** e é o gabarito da questão. Por meio da análise do gráfico, vê-se que o maior índice de cometimento de mortes violentas é representado pelas mortes decorrentes de intervenção policial, representando 82,7%.

E. **Errado**. A partir dos dados evidenciados pela questão, resta evidente que não houve a superação dos abusos institucionais, mas ocorre o inverso, a atuação de servidores da segurança pública ainda desponta quando o assunto são as mortes violentas intencionais.

Gabarito: D.

12. A respeito da relação entre desenvolvimento sustentável e matriz energética, leia o trecho a seguir.

"O maior desafio da agenda climática ainda está relacionado ao uso de fontes fósseis de energia. No entanto, a contribuição do sistema agroalimentar é igualmente decisiva e vai além do aquecimento global. As atividades desse setor já impactam diretamente pelo menos seis dos nove limites planetários identificados pelos cientistas do clima, incluindo a perda de biodiversidade, a escassez de recursos hídricos e os desequilíbrios nos ciclos de elementos químicos essenciais à produção agropecuária, como nitrogênio e fósforo. Além disso, há uma forte interdependência entre a transição energética e a agroalimentar, especialmente diante da perspectiva de ampliação do uso da biomassa para a produção de combustíveis, o que gera implicações significativas sobre o uso da terra e outros insumos produtivos."

(Adaptado de "O impacto dos sistemas agroalimentares nas mudanças climáticas", Nexo Jornal, Entrevista de Arilson

Favareto a Lucas Zacari, 25 de jun. 2025)

De acordo com o trecho citado, é correto afirmar que:

- A) os impactos do sistema agroalimentar são mais danosos para o clima do que o uso de fontes fósseis;
- B) a expansão do uso de biomassa garante a transição energética para os sistemas agroalimentares;

- C) a pressão do setor energético sobre o sistema agroalimentar tem efeito indireto sobre o aquecimento global;
- D) a substituição de combustíveis fósseis por biomassa assegura a transição energética e a proteção ambiental;
- E) as crises ambientais globais são interconectadas, mas seus impactos locais variam conforme os contextos socioeconômicos.

Comentários:

(A) Incorreta. O **setor energia** é o que mais contribui globalmente para a intensificação do efeito estufa, que provoca o aquecimento global e as mudanças climáticas. Os **combustíveis fósseis** (petróleo, carvão e gás natural) são os que mais emitem **dióxido de carbono**, o principal gás do efeito estufa. Portanto, os impactos do uso de fontes fósseis são mais danosos para o clima do que os dos sistemas agroalimentares.

(B) Incorreta. A **biomassa** (biocombustíveis, resíduos agrícolas, florestas energéticas) é uma alternativa renovável e pode contribuir para reduzir emissões. Porém, sua **expansão descontrolada** pode gerar **novos problemas ambientais**, como o desmatamento, a perda de biodiversidade e a competição por terras usadas para a produção de alimentos. O desmatamento emite gases do efeito estufa e destrói reservatórios e sumidouros de carbono, essenciais para armazenar o CO₂. Portanto, o aumento do uso da biomassa **não garante automaticamente** uma transição energética sustentável — depende de manejo adequado e de políticas de uso da terra.

(C) Incorreta. A relação entre o setor energético e o agroalimentar é **complexa e direta**, não apenas indireta. O cultivo de plantas para a produção de biocombustíveis pode avançar sobre **terras utilizadas para o cultivo de alimentos**. Com isso, o setor agroalimentar passa a buscar novas terras para a produção de alimentos, levando ao desmatamento que contribui diretamente para as mudanças climáticas.

(D) Incorreta. Substituir combustíveis fósseis por biomassa **pode ajudar** na transição energética, mas **não assegura** a proteção ambiental. A produção em larga escala de biomassa pode levar ao desmatamento, perda de biodiversidade, uso excessivo de água, erosão do solo e pressão sobre ecossistemas naturais.

(E) Correta: As **crises ambientais globais** — climática, hídrica, da biodiversidade, dos solos e química — são interligadas e se reforçam mutuamente. Entretanto, seus **impactos variam localmente**, pois dependem de fatores como desigualdade social, políticas públicas, infraestrutura e capacidade de adaptação de cada região. Essa visão integrada e contextual é a mais aceita atualmente nos estudos sobre **desenvolvimento sustentável e justiça climática**.

Gabarito: E

13. Segundo dados do FMI (2024), o Brasil figura entre as 10 maiores economias do mundo. No entanto, mantém um Índice de Gini elevado, o que o coloca entre os 15 países mais desiguais do planeta. Nos últimos anos, o debate público tem resgatado controvérsias em torno do papel do Estado na redução das desigualdades, tema que também se articula com discussões internacionais sobre a necessidade de um novo modelo de tributação global, frente à crescente concentração de riqueza. Considerando a estrutura tributária brasileira e os mecanismos de financiamento estatal, analise as afirmativas a seguir.

I. O modelo tributário brasileiro é reconhecido por sua regressividade, pois concentra a arrecadação em tributos sobre o consumo.

II. No Brasil, os efeitos redistributivos das políticas públicas são limitados pelo condicionamento dos custos sociais ao teto de gastos.

III. No debate internacional, a taxa de grandes fortunas é rejeitada por organismos multilaterais, que a consideram ineficaz e prejudicial ao *crescimento* econômico.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas;
- B) I e II, apenas;
- C) I e III, apenas;
- D) II e III, apenas;
- E) I, II e III.

Comentários:

I. Correto. O sistema tributário brasileiro é **regressivo**, ou seja, **proporcionalmente, pesa mais sobre os mais pobres**. A maior parte da arrecadação vem de **impostos sobre o consumo** (como ICMS, PIS/COFINS e IPI), que incidem igualmente sobre todos os consumidores — independentemente da renda.

Isso significa que **pessoas de baixa renda**, que consomem quase toda a renda em bens e serviços, **pagam proporcionalmente mais impostos** do que os ricos, que têm maior capacidade de poupança e aplicam recursos em ativos menos tributados (como lucros e dividendos).

Essa característica é amplamente reconhecida por economistas e organismos internacionais (OCDE, CEPAL, Banco Mundial) como um dos fatores que **agravam a desigualdade no Brasil**.

II. Correto. O **teto de gastos**, instituído pela **Emenda Constitucional 95/2016**, impôs um limite ao crescimento das despesas primárias da União, restringindo o aumento real dos gastos públicos por 20 anos. Na prática, isso **reduziu a capacidade do Estado de ampliar políticas sociais**, como saúde, educação e assistência, que têm papel redistributivo importante.

Apesar de o teto ter sido **substituído em 2023 pelo arcabouço fiscal**, seus efeitos ainda são tema de debate. Economistas apontam que **limitar o investimento social e os serviços públicos** compromete a **função redistributiva do Estado**, pois reduz o alcance das políticas voltadas à redução da pobreza e da desigualdade.

Portanto, essa afirmativa reflete uma **realidade econômica e fiscal comprovada**: a limitação dos gastos públicos sociais enfraquece o papel do Estado na promoção da equidade.

III. Incorreto. Atualmente, o movimento internacional caminha **na direção oposta**. Organismos como o **FMI**, a **OCDE** e a **ONU** têm defendido, especialmente após a pandemia e o aumento da concentração de riqueza, a **necessidade de tributar grandes fortunas e lucros excessivos**.

Exemplos recentes:

O FMI (2023–2024) publicou relatórios defendendo **“windfall taxes”** sobre lucros extraordinários e **tributação progressiva sobre riqueza**.

O debate no **G20** e na **OCDE** levou a propostas de **imposto mínimo global para grandes corporações** (taxa de 15%) para evitar a evasão fiscal e equilibrar a tributação internacional.

A ONU e economistas como Thomas Piketty e Gabriel Zucman têm reforçado a **urgência de um novo pacto fiscal global** para conter a desigualdade.

Portanto, a afirmativa está **em desacordo com o cenário atual**, em que há **maior aceitação e defesa** da taxaço de grandes fortunas como ferramenta de justiça fiscal.

Gabarito: B

14. Leia o trecho a seguir.

"O conceito de transição energética está associado ao processo de substituição da base de recursos e/ou tecnologias usada para gerar energia por outros(as). Esse processo pode ocorrer por diversas razões, como a escassez de um recurso energético ou o aparecimento de tecnologias mais eficientes."

(Fonte: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/transicao-energetica/a-transicao-energetica-no-brasil>)

Com base no conceito de transição energética, é correto afirmar que o Brasil:

- A) possui vantagens comparativas no processo de transição energética por apresentar menor volume de subsídios federais destinados aos combustíveis fósseis e maiores incentivos para as fontes renováveis;
- B) lida com pressões externas, principalmente no setor elétrico, devido à baixa participação de fontes renováveis em sua matriz energética em comparação com outros países;
- C) enfrenta o desafio de tornar a matriz energética mais resiliente frente à emergência climática, já que eventos extremos podem comprometer a estabilidade das fontes renováveis;
- D) destaca-se internacionalmente por liderar a transição energética e a descarbonização no setor de transportes, com ampla adoção de tecnologias limpas;
- E) apresenta como diferencial uma infraestrutura avançada de transmissão de energia, com redes modernas e amplas que conectam regiões produtoras de fontes renováveis aos principais centros consumidores.

Comentários:

A **transição energética** é o processo de **mudança da matriz de geração e consumo de energia** — saindo de fontes baseadas em **combustíveis fósseis** (carvão, petróleo, gás natural) para **fontes renováveis** e menos poluentes (hidrelétrica, eólica, solar, biomassa, entre outras). Esse movimento é impulsionado tanto por **pressões ambientais** (mudanças climáticas, descarbonização) quanto por **fatores econômicos e tecnológicos** (queda no custo de renováveis, inovação em baterias, eficiência energética).

O **Brasil** é um caso particular: já possui **uma matriz energética mais limpa** que a média mundial, mas enfrenta **desafios de modernização, diversificação e resiliência** diante de eventos climáticos extremos e dependência hídrica.

(A) Incorreto. Embora o Brasil tenha vantagens naturais — abundância de recursos renováveis (sol, vento, água e biomassa) — **a estrutura de subsídios não favorece fortemente as energias renováveis**. O país ainda destina **bilhões de reais em subsídios** diretos e indiretos a combustíveis fósseis, especialmente ao **diesel e ao gás natural**.

Segundo estudos do IPEA e do FMI (2023–2024), os **subsídios fósseis superam os incentivos às fontes renováveis**. Portanto, a vantagem do Brasil na transição vem de sua **base natural e tecnológica**, não da **política de subsídios**.

(B) Incorreto. É justamente o contrário: o **Brasil tem uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo**. Cerca de **85% da geração elétrica** vem de fontes limpas, especialmente **hidrelétricas**, seguidas de **eólicas, solares e biomassa**. A média mundial é de cerca de 30%. Assim, o país **não sofre pressão por baixa participação de renováveis**, mas sim para **melhorar a eficiência, reduzir dependência hídrica e avançar em transporte e indústria de baixo carbono**.

(C) Correto. Essa alternativa reflete **com precisão a realidade atual**. O Brasil, apesar de ter uma matriz majoritariamente renovável, **depende fortemente das hidrelétricas**, que são vulneráveis a **secas e alterações no regime de chuvas** — fenômenos agravados pelas **mudanças climáticas**.

Eventos como as **crises hídricas de 2001 e 2021** mostraram que o sistema é suscetível a choques climáticos, exigindo maior **diversificação** (eólica, solar, biomassa) e **modernização da infraestrutura** (armazenamento, transmissão, integração regional).

Portanto, o grande desafio não é apenas “limpar” a matriz, mas **torná-la mais estável e adaptável**.

Gabarito: C

15. "Um estudo realizado no Ceará, em 2017, revelou que a população LGBTQIAPN+ está entre as mais afetadas pelas dificuldades de acesso aos serviços de saúde, sobretudo em razão do preconceito demonstrado por alguns profissionais durante o atendimento. Um dos participantes da pesquisa, diretamente impactado por essa situação, relatou que a forma que ela [profissional da saúde] me atendeu foi totalmente diferente da forma como ela estava me atendendo antes de ela saber da minha orientação sexual. Não gostei, também não voltei mais de jeito nenhum para ela. Para mim, foi triste".

(Adaptado de SILVA, Caik et al. "Sobreviver é preciso: A diversidade de gênero no acesso aos serviços de saúde". *Gênero*, v. 22, n. 1, 2021, p. 10)

Diante da situação apresentada, uma medida eficaz para reduzir as barreiras de acesso à saúde enfrentadas por esses grupos consiste em o profissional de saúde:

- A) abster-se de perguntas sobre as práticas sexuais do paciente, pois os processos de cura e adoecimento são independentes da orientação afetivo-sexual e da identidade de gênero;
- B) reconhecer os pacientes pelo nome social, mediante a comprovação médica da mudança de sexo, pois essa é uma forma de respeitar sua identidade de gênero e seus direitos;
- C) adotar padrões culturais heteronormativos para entender a identidade de gênero e a orientação sexual dos pacientes, pois enquadrá-los em categorias preestabelecidas otimiza os atendimentos;
- D) focar o atendimento nos aspectos sexuais dos pacientes, pois assim promove uma abordagem uniforme dos riscos gerais enfrentados por usuários homossexuais;
- E) considerar as particularidades dos pacientes, pois a discriminação vivenciada por eles impacta a forma como o sofrimento e a doença são socialmente determinados.

Comentários:

Trata-se de uma questão sobre respeito à identidade de gênero e acesso à saúde de membros da comunidade

LGBTQIAPN+.

- A. **Errado.** Abster-se de quaisquer perguntas não corresponde a promover acesso à saúde de qualidade, mas sim à negativa desse direito.
- B. **Errado.** O uso do nome social é direito assegurado por norma específica, Decreto n. 8.727/2016, independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização (Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018).
- C. **Errado.** Observar-se o direito à saúde em igualdade de condições às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ é um dever de todos os profissionais de saúde, prezando pelo acesso universal e igualitário. Há que se romper padrões culturais heteronormativos para entender a identidade de gênero e a orientação sexual dos pacientes, de forma individualizada, sem enquadrá-los em categorias preestabelecidas.
- D. **Errado.** Focar o atendimento nos aspectos sexuais dos pacientes é negligenciar outros fatores causadores de doenças, bem como as particularidades que cada indivíduo vivencia.
- E. **Certo.** Considerar as particularidades dos pacientes é a chave para a promoção da igualdade material, para que se possa minorar a discriminação vivenciada pelos membros da comunidade LGBTQIAPN+, reduzindo seu sofrimento e garantindo o direito fundamental à saúde.

Gabarito: E.

16. Observe a imagem a seguir e sua descrição.



(Fonte: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/imagens-mostram-numero-desigual-de-arvores-em-bairros-ricos-e-pobres-do-df>)

Em 2023, uma imagem amplamente compartilhada nas redes sociais comparava as áreas arborizadas de duas regiões de Brasília. A esquerda, aparecia Sol Nascente, uma favela com pouca ou nenhuma cobertura vegetal; à direita, o Lago Sul, bairro de alto padrão, que se destacava pela abundância de áreas verdes.

Com base na descrição da imagem feita no parágrafo anterior, analise as afirmativas a seguir sobre a segregação socioeconômica no Brasil, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() Trata-se de uma forma de injustiça social, pois promove a separação socioespacial de determinados grupos e viola os direitos humanos ao restringir seu acesso ao saneamento básico, às áreas verdes e à moradia digna.

() Trata-se do resultado de políticas públicas, que, mesmo diante das evidências de que a degradação ambiental atinge todos os espaços urbanos de forma indiscriminada, negligenciam a responsabilidade de mitigar seus impactos.

() Trata-se de um fenômeno social que se manifesta na organização do espaço urbano, reproduzindo e intensificando desigualdades, além de impactar negativamente as condições de saúde e a qualidade de vida de populações mais vulneráveis.

A sequência correta é:

- A) V, V, F;
- B) V, F, V;
- C) F, F, V;
- D) F, V, F;
- E) V, V, V.

Comentários:

A comparação entre o **Lago Sul** (bairro de elite) e o **Sol Nascente** (uma das maiores favelas do Brasil) revela como as **desigualdades sociais no Brasil também se expressam no espaço urbano e ambiental**.

Enquanto os bairros de maior renda concentram **áreas verdes, infraestrutura e serviços urbanos de qualidade**, as áreas periféricas sofrem com **deficiência de saneamento, calor excessivo, enchentes e poluição**.

Esse fenômeno é amplamente estudado sob os conceitos de **segregação socioespacial**, **racismo ambiental** e **injustiça socioambiental** — temas cada vez mais presentes nas discussões sobre sustentabilidade urbana e direitos humanos.

1ª Afirmativa: Verdadeira. A segregação socioespacial **é uma forma de injustiça social e ambiental**, pois **limita o acesso de grupos vulneráveis** a bens e serviços urbanos básicos — como **saneamento, áreas verdes, transporte público, saúde e moradia digna**. Esses contrastes geram **violação de direitos humanos fundamentais**, como o direito à cidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Constituição Federal, art. 225). Portanto, é correto afirmar que há uma relação direta entre **pobreza, espaço urbano degradado e exclusão social**.

2ª Afirmativa: Falsa. A degradação ambiental **não atinge todos os espaços urbanos de forma indiscriminada**. Pelo contrário — seus efeitos **são desiguais e seletivos**, recaindo com mais intensidade sobre as **populações pobres e periféricas**, que vivem em áreas com menor cobertura vegetal, maior poluição e menor infraestrutura. Além disso, embora políticas públicas possam ter contribuído para essa desigualdade (por omissão ou priorização de áreas mais ricas), o erro está em afirmar que a degradação ocorre “de forma igual para todos”.

Portanto, a afirmativa é **falsa** por **negar o caráter desigual da vulnerabilidade ambiental urbana**.

3ª Afirmativa: Verdadeira. Essa afirmativa descreve perfeitamente a **segregação socioespacial urbana**. A forma como as cidades brasileiras foram estruturadas — com **centros valorizados e periferias carentes** — **reproduz desigualdades históricas** de renda, raça e acesso a serviços.

As consequências são claras:

Temperaturas mais altas em bairros pobres (efeito “ilhas de calor”).

Maior exposição a doenças relacionadas à falta de saneamento e poluição.

Menor acesso a áreas de lazer e arborização, que influenciam diretamente na saúde física e mental.

Assim, é correto dizer que a segregação urbana **reproduz desigualdades e compromete a qualidade de vida das populações vulneráveis**.

Gabarito: B

17. Em 2024, o Brasil atingiu um recorde histórico no consumo de energia elétrica, com um aumento de 5,3% em comparação com 2023. Ao mesmo tempo, crescem as preocupações em torno da transição da matriz energética nacional devido às mudanças climáticas. Segundo os dados mais recentes, a fonte de geração de energia que mais cresce no Brasil é a

- A) termoeletrica, diante da necessidade de garantir segurança energética em períodos de seca;
- B) nuclear, com avanços no programa de ampliação da usina de Angra 3;
- C) hidrelétrica, com o aumento da capacidade de usinas já existentes e novos projetos na Amazônia Legal;
- D) eólica, devido à expansão de parques no Nordeste e no Sul do país;
- E) solar, com forte expansão tanto da geração distribuída em residências quanto da centralizada em grandes usinas solares.

Comentários:

A energia **solar** é atualmente **a fonte que mais cresce no Brasil**, com forte expansão tanto na **geração distribuída** (residências, comércio) quanto em **grandes usinas fotovoltaicas**. Segundo dados da **ANEEL** e do **Ministério de Minas e Energia (2024)**, a capacidade instalada solar ultrapassou a eólica em ritmo de crescimento, representando **mais de 20% da nova capacidade adicionada** no país.

Os dados da **ANEEL (2024)** e do **MME (Ministério de Minas e Energia)** mostram que:

A capacidade instalada **ultrapassou 40 GW**, superando a da energia eólica em ritmo de crescimento anual.

O **maior impulso vem da geração distribuída** — painéis solares instalados em **residências, comércio e pequenas propriedades rurais**.

O custo dos equipamentos caiu drasticamente, tornando o investimento acessível e atraente.

Além disso, o setor solar **gera milhares de empregos** e **atrai investimentos privados e estrangeiros**.

Gabarito: E

18. Segundo informe técnico do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua), da Universidade Federal de Minas Gerais, 335.151 pessoas viviam em situação de rua no Brasil, em março de 2025. O número marca um aumento de 0,37% em relação a dezembro de 2024 e é 14,6 vezes maior do que o registrado em dezembro de 2013. Com relação ao tema, é correto afirmar que:

- A) a maior parte das pessoas em situação de rua no Brasil são crianças e idosos, o que evidencia um deslocamento etário da crise social;
- B) mulheres representam a maior parte das pessoas afetadas pela situação de rua, destacando os efeitos profundos da disparidade de gênero;
- C) o aumento do número de pessoas em situação de rua ocorre a despeito dos investimentos em políticas públicas de moradia e educação;
- D) mais da metade da população em situação de rua concluiu o ensino médio, o que indica que a escolaridade não é fator relevante no fenômeno;
- E) a pesquisa mostra que houve um aumento de 14,6 vezes nas rupturas de vínculo familiar desde 2013.

Comentários:

A questão exige reflexão quanto aos fatores que contribuem para o aumento do número de pessoas que vivem em situação de rua no Brasil, bem como sobre os dados apresentados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua), da Universidade Federal de Minas Gerais.

- A. **Errado.** São 30.751 idosos em situação de rua (apenas 9%), enquanto a maioria encontra-se na faixa etária de 18 a 59 anos (88%).
- B. **Errado.** O estudo aponta que 84% são pessoas do sexo masculino.
- C. **Certo.** Independentemente dos investimentos em políticas públicas em áreas como moradia e educação, a pesquisa demonstrou o aumento do número de pessoas em situação de rua.
- D. **Errado.** Segundo a pesquisa, mais da metade (52%) das pessoas em situação de rua no país não terminaram o

ensino fundamental ou não têm instrução.

E. **Errado.** Os dados indicam um crescimento expressivo (14,6 vezes desde 2013), mesmo com políticas públicas existentes (como o programa “Minha Casa, Minha Vida”, políticas de assistência social, educação e renda).

Gabarito: C.

19. "Segundo levantamento do IBGE, entre 2004 e 2013, o Brasil apresentou avanços na segurança alimentar, com redução nos níveis de insegurança. No entanto, a partir de 2013, os índices voltaram a crescer, atingindo seu pico em 2022. Em 2023, houve uma leve melhora, mas a insegurança alimentar - leve, moderada ou grave - ainda afeta uma parcela expressiva da população."

(Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>)

No final de julho de 2025, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) anunciou que o Brasil não está mais no Mapa da Fome. Apesar disso, e a despeito do fato de que o Brasil está entre os maiores produtores de alimentos do mundo, a insegurança alimentar é um problema estrutural ainda existente no país.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- A) a falta de educação alimentar é a responsável pela desnutrição da população, que opta por dietas hipercalóricas e com baixo valor nutricional;
- B) as falhas na distribuição de alimentos comprometem o abastecimento e reduzem a disponibilidade de produtos essenciais para uma alimentação adequada;
- C) as recentes restrições ao uso de agrotóxicos têm impactado a eficiência da produção de alimentos, uma vez que dificultam o controle das pragas;
- D) a crise climática é responsável por destruir a produção nacional de alimentos e por afetar principalmente as zonas urbanas, que sofrem mais com a insegurança alimentar grave;

- E) o aumento das taxas percentuais do crescimento demográfico nos últimos *anos* é responsável por reduzir a oferta e o acesso à comida.

Comentários:

Apesar de o Brasil ser um dos **maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo**, milhões de brasileiros ainda **não têm acesso regular e adequado à alimentação**. Isso evidencia que o problema **não está na quantidade produzida**, mas sim na **forma como o sistema alimentar é estruturado**, com **falhas na distribuição, desigualdades socioeconômicas e acesso desigual a alimentos saudáveis**.

(A) Incorreto. Embora a **educação alimentar** tenha importância para promover hábitos saudáveis, **não é o fator central** que explica a insegurança alimentar no Brasil. O principal problema é **econômico e estrutural** — famílias não têm **renda suficiente** para comprar alimentos de qualidade e, muitas vezes, o acesso físico (feiras, mercados, transporte) também é limitado. A escolha por dietas pobres em nutrientes é frequentemente **imposta pela falta de acesso a opções melhores**, não apenas por falta de informação.

(B) Correto. O país produz alimentos em larga escala, mas a **logística de distribuição** — marcada por desigualdade regional, concentração fundiária e priorização de *commodities* para exportação — **gera escassez e encarecimento de alimentos básicos** em diversas regiões.

Além disso:

A **produção agrícola é concentrada** em grandes monoculturas (soja, milho, cana, carne), voltadas à exportação, não à alimentação interna.

Pequenos agricultores, que produzem alimentos para consumo interno, enfrentam **dificuldades de financiamento, transporte e comercialização**.

Essas falhas estruturais explicam por que há **insegurança alimentar mesmo em um país abundante em alimentos**.

(C) Incorreto. Não há, na realidade recente, **restrições significativas ao uso de agrotóxicos no Brasil** — ao contrário: o país **segue como um dos maiores consumidores mundiais de pesticidas** e, nos últimos anos, houve **flexibilização nas regras de liberação de novos produtos**, não restrição.

(D) **Incorreto.** A **crise climática** realmente impacta a produção de alimentos — com **secas, enchentes e eventos extremos** —, mas **não é responsável por “destruir” a produção nacional**. Mesmo com a crise climática, o Brasil segue batendo recordes na produção de alimentos, devido ao aumento da produtividade e incorporação de novas terras para a agropecuária.

(E) **Incorreto.** O Brasil **não apresenta crescimento demográfico acelerado** — pelo contrário, o **ritmo de crescimento populacional está em desaceleração** e a taxa de fecundidade é uma das mais baixas da América Latina. Logo, **não há pressão populacional significativa sobre a oferta de alimentos**. A limitação de acesso decorre mais de **questões econômicas e de distribuição**, não de superpopulação.

Gabarito: B

20. A expectativa de vida no Brasil vem aumentando progressivamente, tendo alcançado 76,4 anos em 2023, segundo o IBGE. Transformações na área da saúde, da tecnologia e no âmbito socioeconômico contribuem para que as pessoas vivam mais, o que, por outro lado, traz novas preocupações, já que novos desafios se colocam no planejamento da vida. Em relação aos desafios enfrentados pelo Brasil em razão do aumento da expectativa de vida, é correto afirmar que:

- A) a elevação da idade média da população tem contribuído para o aumento da rotatividade no mercado de trabalho, dificultando a renovação de postos;
- B) o crescimento da população idosa tem contribuído para o colapso dos transportes públicos urbanos, sobrecarregando os sistemas viários nos horários de pico;
- C) o envelhecimento populacional tem gerado conflitos geracionais dentro dos núcleos familiares, especialmente relacionados à dependência financeira dos mais velhos;
- D) a falta de educação financeira desde a juventude compromete a segurança econômica dos idosos, dificultando o planejamento de longo prazo;
- E) o aumento do número de idosos tem levado à redução de oportunidades educacionais para jovens, à medida que os recursos públicos são redirecionados para a terceira idade.

Comentários:

O aumento da **expectativa de vida** no Brasil — 76,4 anos em 2023, segundo o IBGE — é resultado de **melhorias na saúde pública, avanços tecnológicos, maior acesso à informação e redução da mortalidade infantil**. Contudo, esse processo de envelhecimento populacional **traz novos desafios**, especialmente nas áreas de **previdência, saúde, mercado de trabalho e planejamento financeiro individual**.

(A) **Incorreto.** O envelhecimento populacional **não aumenta a rotatividade**, mas tende a **reduzi-la**, já que trabalhadores mais velhos permanecem por mais tempo no mesmo emprego ou têm mais dificuldade de recolocação. O que ocorre, na verdade, é uma **redução da força de trabalho jovem e dificuldade de renovação geracional** em alguns setores, mas não necessariamente um aumento de trocas de emprego. Portanto, há um erro conceitual: o envelhecimento **reduz** a rotatividade, não a eleva.

(B) **Incorreto.** O **colapso do transporte urbano** está relacionado a fatores estruturais (planejamento urbano precário, crescimento desordenado, falta de investimento e superlotação), **não ao envelhecimento populacional**. Além disso, **idosos geralmente não são o principal grupo que usa transporte nos horários de pico**, já que estão fora do mercado de trabalho formal. Portanto, essa afirmativa **não tem base demográfica ou social realista**.

(C) **Incorreto.** De fato, há situações em que **idosos dependem financeiramente dos filhos** — ou o contrário, em famílias multigeracionais —, o que pode gerar **tensões domésticas**. Contudo, esse fenômeno **não é o principal desafio** associado ao aumento da expectativa de vida. O foco da questão está nas **condições de segurança e planejamento financeiro** ao longo da vida, não nas relações familiares.

(D) **Correto.** Com o aumento da longevidade, é essencial que as pessoas tenham **planejamento financeiro desde cedo**, para garantir **estabilidade na aposentadoria e autonomia na velhice**. No Brasil, porém, a **educação financeira ainda é deficiente**, e muitos cidadãos **não conseguem poupar ou investir a longo prazo**, dependendo exclusivamente de benefícios previdenciários — muitas vezes insuficientes. Além disso, o **envelhecimento rápido da população** pressiona o sistema público de **previdência e saúde**, tornando o **planejamento individual ainda mais importante**.

(E) **Incorreto.** Há mínimos constitucionais de recursos que devem ser investidos em educação. O que impede que sejam redirecionados para outras áreas como políticas públicas para a terceira idade. O **artigo 212 da Constituição Federal** estabelece os **percentuais mínimos das receitas de impostos** que devem ser **aplicados anualmente em educação**:

“A União aplicará, anualmente, **nunca menos de 18%** da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, **anualmente, nunca menos de 25%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Gabarito: D

NOÇÕES DE DIREITO

21. Após ser aprovada em um árduo concurso público, Maria tomou posse, estando em exercício em um cargo público de provimento efetivo, junto ao Poder Executivo Federal, há dois anos, sem qualquer interrupção. Em determinado dia, Maria tomou conhecimento de que está sendo investigada por ter praticado ilícito administrativo. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A)** na qualidade de ocupante de cargo público na administração pública federal direta, a servidora Maria tem direito à vitaliciedade, de forma que só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa;
- B)** apesar de os ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo poderem obter a estabilidade, fato é que a servidora Maria ainda não preencheu os requisitos constitucionais para fazer jus ao referido direito;
- C)** em razão da estabilidade constitucionalmente garantida e já obtida, Maria, na qualidade de servidora pública, poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa;
- D)** por ser Maria ocupante de um cargo público, não há que se falar no direito à estabilidade, por se tratar de prerrogativa aplicável, apenas, aos empregados públicos;
- E)** por ser considerada servidora pública estável, Maria só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Comentários:

- A) INCORRETA: A vitaliciedade é prerrogativa de carreiras específicas, como magistrados e membros do Ministério Público, não dos servidores públicos em geral. Maria, como servidora efetiva, pode vir a ter estabilidade, não vitaliciedade.
- B) CORRETA: A Constituição (art. 41, caput) assegura estabilidade apenas após três anos de efetivo exercício. Como Maria está há apenas dois anos no cargo, ainda não adquiriu estabilidade.
- C) INCORRETA: O enunciado parte da falsa premissa de que Maria já é estável. Como ainda não completou três anos, não possui estabilidade, logo, não se aplica o regime de perda de cargo mediante processo administrativo.
- D) INCORRETA: A estabilidade é prerrogativa dos servidores públicos que ocupam cargo efetivo. Maria, por ocupar cargo efetivo, pode adquirir estabilidade após o período previsto na Constituição.
- E) INCORRETA: Mesmo o servidor estável pode perder o cargo em outras hipóteses além de sentença judicial transitada em julgado — como em processo administrativo ou avaliação periódica de desempenho (art. 41, §1º, CF). Além disso, Maria ainda não é estável.

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Gabarito: B

22. Em maio de 2025, João, primário, servidor público federal, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, ensejando prejuízo mediano ao erário. Registre-se que o próprio agente público procurou os seus superiores hierárquicos, narrando o ocorrido e deixando claro que agiu de forma culposa, em razão de uma atuação negligente, o que foi devidamente comprovado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 8.429/1992 e da Lei no 14.230/2021, é correto afirmar que:

- A) os órgãos públicos competentes, em razão da primariedade de João, podem deixar de responsabilizá-lo por sua ação caso ele ressarça integralmente os danos causados à Administração Pública federal, embora sua conduta caracterize ato de improbidade administrativa;
- B) João não poderá responder pela conduta praticada, apesar de ser admissível a caracterização de ato culposos de improbidade administrativa, já que a ação não ensejou prejuízo de grande relevância para a Administração Pública federal;
- C) a conduta de João caracteriza, cumulativamente, atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário e que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- D) não restou ato de improbidade administrativa não caracterizado, na medida que o servidor João agiu de forma culposa, por meio de uma conduta negligente;
- E) o servidor João poderá ser responsabilizado, pelo Ministério Público Federal, pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Comentários:

(A) Incorreta. A **primariedade** e o **ressarcimento do dano** não afastam a configuração de improbidade, **mas**, desde a **Lei nº 14.230/2021**, **atos culposos deixaram de ser considerados improbidade administrativa**. A nova **redação do art. 1º, §2º, da LIA** estabelece:

"§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente."

Ou seja, **somente o dolo (intenção consciente)** configura improbidade; **culpa (negligência, imprudência, imperícia)** não mais. O ressarcimento pode afastar a **necessidade de ação civil**, mas **não transforma a conduta culposa em improbidade**.

(B) Incorreta. A questão erra duas vezes:

Ato culposos de improbidade administrativa não existe mais.

Desde a **Lei 14.230/2021**, somente atos **dolosos** configuram improbidade.

A gravidade do dano **não é o critério central**, e sim o **elemento subjetivo (dolo)**.

Assim, **João não responderá por improbidade**, não porque o prejuízo foi "mediano", mas porque **não agiu com dolo**.

(C) Incorreta. Não há **ato de improbidade** aqui, pois faltou o **dolo** (intenção deliberada). A **Lei 14.230/2021** é expressa ao retirar a modalidade **culposa** do art. 10 (que trata do prejuízo ao erário). Antes da reforma, o art. 10 admitia **culpa grave**; após 2021, exige **dolo específico**. E o **art. 11**, sobre princípios, também exige dolo.

(D) Correta. Essa é a alternativa que reflete **fielmente a redação atual da Lei de Improbidade**. Desde a **Lei nº 14.230/2021**, **somente o dolo é punível**. A **culpa (negligência, imprudência, imperícia)** **não configura improbidade administrativa**, embora **possa gerar responsabilidade disciplinar, civil ou até penal**, dependendo do caso.

(E) Incorreta. Não poderá ser responsabilizado **por improbidade**, pois sua conduta **não teve dolo**. Além disso, o **prejuízo ao erário**, isoladamente, **não basta** para configurar improbidade — é necessário o **dolo específico de causar o dano**.

Portanto, o gabarito está na letra (D), visto que os atos de improbidade administrativa exigem conduta dolosa por parte do agente público. No caso enunciado, a conduta de João foi culposa, de modo que ele não responderá por improbidade administrativa.

Gabarito: D.

23. Fábio, residente e domiciliado no Município Alfa, no interior do Estado do Amazonas, tomou conhecimento de que o prefeito da municipalidade editou ato administrativo ilegal e lesivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Preocupado com a situação posta, Fábio buscou informações sobre o que ele poderia fazer para contribuir para a anulação da referida medida. Nesse cenário, em tema de controle judicial da Administração Pública, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) Fábio, ainda que comprove a sua qualidade de cidadão, não poderá ingressar com ações em juízo, apesar de se tratar de ato administrativo ilegal e lesivo, já que esta é uma atribuição exclusiva dos órgãos e das entidades públicas;
- B) Fábio não dispõe de instrumentos legais para, por conta própria, buscar a anulação judicial do ato administrativo, apesar da legítima preocupação, cabendo-lhe, no máximo, notificar o Ministério Público;
- C) o manejo de uma ação civil pública é a via adequada para que Fábio postule, em juízo, a anulação do ato administrativo, juntando, ao processo, o comprovante de que é residente e domiciliado no Município Alfa;
- D) Fábio pode ajuizar uma ação civil pública visando à anulação do ato administrativo, devendo demonstrar, para tanto, ser maior e capaz;
- E) Fábio poderá manejar uma ação popular, desde que comprove a sua qualidade de cidadão.

Comentários:

A questão trata sobre a doutrina do **controle judicial da Administração Pública**, à luz da Constituição Federal e demais normas protetivas.

Ambos os personagens são consumidores, porque são destinatários finais do produto ou serviço, nos termos do art. 2º do CDC: "Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". O fato de a pessoa física ter comprado um produto caro ou ter elevada renda ou patrimônio é irrelevante, bem como ser pessoa jurídica. Ambos são consumidores.

Vamos analisar cada alternativa detalhadamente.

(A) Incorreta. A Constituição **não restringe o controle judicial** de atos administrativos apenas a órgãos públicos. O **art. 5º, XXXV, da CF/88** assegura que *“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*. Além disso, o **art. 5º, LXXIII, da CF** garante ao **cidadão** o direito de propor **ação popular** contra atos lesivos **ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural**.

Logo, Fábio, como cidadão, **pode sim ingressar com ação judicial**.

(B) Incorreta. O enunciado ignora o instrumento constitucional da **ação popular**, que é exatamente o meio jurídico que **permite ao cidadão, individualmente, provocar o Judiciário**. O Ministério Público tem legitimidade para **ação civil pública** (art. 129, III, CF), mas isso **não exclui a legitimidade do cidadão** para a ação popular.

Portanto, Fábio **dispõe de instrumento próprio (ação popular)** para buscar a anulação do ato.

(C) Incorreta. A **ação civil pública (ACP)** é realmente cabível para proteger o meio ambiente (Lei nº 7.347/1985), mas **a legitimidade para propô-la é restrita a determinados entes e entidades**, como:

- Ministério Público,
- Defensoria Pública,
- União, Estados e Municípios,
- Autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista,
- e associações civis constituídas há pelo menos 1 ano (art. 5º, LACP).

O cidadão isoladamente **não tem legitimidade para ajuizar ACP**. Portanto, **não é a via adequada para Fábio**, ainda que ele seja domiciliado no município.

(D) Incorreta. Novamente confunde-se **ação civil pública** com **ação popular**. Ser maior e capaz é um requisito para **qualquer capacidade processual**, mas **não legitima o cidadão a propor ACP**, pois, conforme visto, **essa via é exclusiva de entes e entidades previstas em lei**. Logo, a alternativa erra quanto à **natureza da ação cabível**.

(E) Correta. De acordo com o **art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal**, *“qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe,*

à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”. Para comprovar a **qualidade de cidadão**, basta apresentar **título de eleitor**.

Portanto, Fábio **tem legitimidade ativa** e a **ação popular é o instrumento adequado**.

Gabarito: E.

24. O órgão de pesquisa Alfa entrou em contato com José e Maria, genitores de Vicente, com 13 anos de idade, demonstrando interesse na realização de estudos que pressupõem o tratamento dos dados pessoais do adolescente. Registre-se que José e Maria são pais presentes que exercem, em conjunto, o poder familiar sobre o filho comum. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 13.709/2018, é correto afirmar que:

- A) salvo se houver consentimento compartilhado de José e Maria, por meio de documento assinado e com firma reconhecida em um tabelionato de notas, não se admitirá o tratamento dos dados pessoais de Vicente;
- B) para que se proceda ao tratamento dos dados pessoais de Vicente, é necessário que José e Maria, conjuntamente, consintam, de forma específica, com a medida, observado o melhor interesse do adolescente;
- C) embora, em tese, seja admissível o tratamento dos dados pessoais de Vicente, exige-se prévia autorização por parte do Conselho Tutelar localizado na cidade onde o adolescente tem domicílio;
- D) para que haja o tratamento dos dados pessoais de Vicente, basta o consentimento específico e em destaque dado por José ou por Maria ou, ainda, por ambos os genitores em conjunto;
- E) para que o tratamento dos dados pessoais de Vicente seja admissível, pressupõe-se a autorização judicial, observado o seu melhor interesse.

Comentários:

A questão versa sobre aspectos do tratamento de dados pessoais segundo as balizas da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

(A) Incorreta. A LGPD **não exige firma reconhecida nem formalidade cartorária** para o consentimento. O art.

14, §1º, apenas determina que o **tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes** deve ser realizado **com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, observado o melhor interesse da criança/adolescente**. Assim, a lei exige **consentimento específico e em destaque**, mas **não impõe forma solene nem assinatura com firma reconhecida**.

(B) Incorreta. Embora o **melhor interesse** deva sempre ser observado (art. 14, caput, LGPD), a **exigência de consentimento conjunto dos dois genitores não consta da lei**. A LGPD é clara ao dizer que o consentimento pode ser dado **“por pelo menos um dos pais ou responsável legal”**. Portanto, **não é necessário que ambos consentam conjuntamente**, bastando **um dos responsáveis**.

(C) Incorreta. A LGPD **não prevê nenhuma intervenção do Conselho Tutelar** nesse processo. O Conselho atua em hipóteses de violação de direitos (ECA, art. 136), mas não tem competência para **autorizar tratamento de dados pessoais**. Essa exigência **não existe na lei** e é **incompatível** com o texto normativo.

(D) Correta. É exatamente o que dispõe o **art. 14, §1º, da LGPD**:

“O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.”

Além disso, o caput reforça que o tratamento deve observar o melhor interesse do menor, princípio que norteia toda a disciplina de proteção de dados infantojuvenis. Assim, basta o **consentimento de um dos pais**, de forma **específica e destacada**, para que o tratamento seja legítimo.

(E) A LGPD **não exige autorização judicial** para o tratamento de dados de crianças e adolescentes. A única exigência é o **consentimento de pelo menos um dos pais ou responsável legal, salvo nas hipóteses legais de dispensa de consentimento** (por exemplo, quando o tratamento é necessário para proteger a criança ou para cumprir obrigação legal). Portanto, a autorização judicial **não é requisito previsto em lei**.

Gabarito: D.

25. Lucas e Caio, estudantes da Universidade Federal do Pará, organizaram e convocaram pacífica manifestação, mediante reunião de centenas de pessoas em uma praça pública de Belém, em defesa dos direitos dos povos originários. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A)** o encontro pacífico, organizado e convocado por Lucas e Caio, em uma praça pública localizada em Belém, poderá ocorrer sem intercorrências, após autorização da autoridade competente, caso não haja a frustração de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local;
- B)** nada impede a realização da reunião pacífica, organizada e convocada por Lucas e Caio, em uma praça pública localizada em Belém, desde que não se frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exigindo-se prévio aviso à autoridade competente;
- C)** a reunião pacífica organizada por Lucas e Caio, reunindo centenas de pessoas em defesa dos direitos dos povos originários, deverá ser realizada em um final de semana ou feriado, de forma a não prejudicar o direito de ir e vir da população local;
- D)** a reunião pacífica, organizada por Lucas e Caio, poderá ocorrer em uma praça pública localizada em Belém, independentemente de prévio aviso à autoridade competente;
- E)** a reunião pacífica, organizada por Lucas e Caio, pode ocorrer em uma praça pública localizada em Belém, desde que haja autorização da administração pública local.

Comentários:

A) INCORRETA: A Constituição não exige autorização, mas apenas prévio aviso à autoridade competente.

B) CORRETA: Essa alternativa está de acordo com o artigo 5º, XVI da CF/88:

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

C) INCORRETA: A Constituição não impõe restrições de data ou horário para o exercício do direito de reunião. Limitações como essa não estão previstas constitucionalmente.

D) INCORRETA; Apesar de não exigir autorização, a Constituição exige prévio aviso.

E) INCORRETA: não se exige autorização, apenas aviso prévio.

Gabarito: B

26. Carolina, jornalista, apresentou, por meio anônimo, pedido de acesso a informações públicas atinentes à administração pública federal. Contudo, o requerimento foi negado por Cloves, autoridade administrativa competente, sob os fundamentos de que a postulação não continha a identificação da requerente, tampouco elencava os motivos determinantes da solicitação. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que:

- A) a negativa ao requerimento formulado por Carolina está em desconformidade com a ordem jurídica, já que a Administração Pública federal não pode exigir a identificação da requerente, tampouco a delimitação dos motivos determinantes da solicitação;
- B) a ausência de previsão legal expressa faz com que caiba à autoridade administrativa competente definir, fundamentadamente, os requisitos que devem ser preenchidos para que haja o acesso a informações públicas, motivo pelo qual a atuação de Cloves se deu de forma regular;
- C) a atuação do servidor Cloves está parcialmente correta, já que o pedido de acesso a informações demanda a delimitação dos motivos determinantes da solicitação, muito embora não seja exigível a identificação da requerente;
- D) o servidor Cloves agiu acertadamente, já que o pedido de acesso a informações públicas demanda a identificação da requerente e a delimitação dos motivos determinantes da solicitação;
- E) o pedido de acesso a informações não exige a delimitação dos motivos determinantes da solicitação, mas pressupõe a identificação da requerente.

Comentários:

(A) Incorreta. A alternativa está **incorreta**, pois a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)** exige a **identificação do requerente**, conforme o **art. 10, caput**, que determina que o pedido deve conter “a identificação do requerente e a especificação da informação requerida”. Assim, a Administração Pública pode negar pedido **anônimo**. Todavia, é verdade que não se pode exigir **justificativa ou motivação**, pois o **§3º do mesmo artigo** veda “quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação”. Logo, a negativa de Cloves foi apenas **parcialmente correta**, mas não totalmente equivocada como afirma a alternativa.

(B) Incorreta. Também **incorreta**, porque a LAI **define expressamente** os requisitos para o pedido de acesso, não cabendo à autoridade administrativa “criar” novas exigências. O **art. 10, caput**, e o **art. 12 do Decreto nº 7.724/2012** deixam claro que basta a **identificação** e a **especificação da informação**. Qualquer exigência adicional, como justificativa, viola o **princípio da legalidade** previsto no **art. 37, caput, da Constituição Federal**. Assim, Cloves não podia condicionar o pedido à apresentação de motivos.

(C) Incorreta. Essa alternativa **inverte a regra legal**. O pedido **exige identificação**, mas **dispensa motivação**. O **art. 10, caput**, impõe a identificação, e o **§3º** veda a exigência de motivos. A jurisprudência do **STJ (RMS 55.047/DF)** confirma que o direito de acesso é autônomo e independe de justificativa. Logo, Cloves não agiu “parcialmente correto”, pois errou ao exigir explicação do motivo e **acertou** apenas na exigência de identificação.

(D) Incorreta. Mistura um requisito legítimo (identificação) com outro proibido (motivação). O servidor Cloves agiu corretamente ao recusar pedido **anônimo**, mas violou a **Lei nº 12.527/2011, art. 10, §3º**, ao exigir a exposição de motivos. A motivação é dispensável justamente porque o direito de acesso é universal e impessoal, assegurado pelo **art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal**.

(E) Correta. A alternativa está **correta**. O pedido **não exige justificativa**, mas **requer identificação**, conforme o **art. 10, caput e §3º, da LAI**, e o **art. 12 do Decreto nº 7.724/2012**. A exigência de motivação é vedada, mas o anonimato impede o atendimento. Assim, a conduta de Cloves foi parcialmente **errada**: **acertou** ao exigir identificação e errou ao exigir motivos. O entendimento coincide com a jurisprudência do **STJ (RMS 55.047/DF)**, que reconhece o direito de acesso como fundamental e independente de justificativa.

Portanto, com base nas informações da questão, percebe-se, por um lado, que o pedido da jornalista não poderia ter sido anônimo e, por outro, que o poder público não poderia ter exigido os motivos determinantes da solicitação:

LAI, art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a **identificação do requerente** e a especificação da informação requerida. (..)

§ 3º São **vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação** de informações de interesse público.

Gabarito: E.

27. Rodrigo, maior e capaz, tomou conhecimento de que a autoridade judicial competente decretou a sua prisão preventiva, sob o fundamento de que ele teria praticado um crime de roubo no interior de uma Agência dos Correios, localizada em Brasília, no Distrito Federal. Contudo, Rodrigo, que ainda não foi preso, tem inúmeros comprovantes de que, no horário do cometimento do delito, se encontrava em Salvador, na Bahia. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) a utilização do remédio constitucional do *habeas data* por parte de Rodrigo, com o objetivo de combater a coação ilegal em sua liberdade de locomoção, só será cabível após a sua efetiva prisão;
- B) Rodrigo poderá, desde logo, impetrar um *habeas data* para sanar a situação posta, ainda que não tenha sofrido efetiva coação ilegal em sua liberdade de locomoção;
- C) a impetração, junto ao Poder Judiciário, de um *habeas corpus* é plenamente cabível, já que Rodrigo está ameaçado de sofrer coação ilegal em sua liberdade de locomoção;
- D) a impetração de um *habeas corpus* por Rodrigo não é cabível antes da efetiva prisão, já que ele ainda não sofreu coação ilegal em sua liberdade de locomoção;
- E) Rodrigo poderá impetrar, em juízo, um mandado de segurança, por estar ameaçado de sofrer coação ilegal em sua liberdade de locomoção.

Comentários:

A) INCORRETA: O habeas data não serve para proteger a liberdade de locomoção, mas sim para assegurar o conhecimento de informações pessoais e retificação de dados.

Art. 5º, LXXII: "LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;"

B) INCORRETA: Mais uma vez, o habeas data não se aplica a casos de prisão, ameaça ou coação à liberdade de ir e vir. O remédio adequado seria o habeas corpus.

C) CORRETA: O habeas corpus pode ser impetrado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção — mesmo antes da prisão ocorrer.

Art.5º,LXVIII: "conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder."

D) INCORRETA: A Constituição não exige que a prisão já tenha ocorrido. Basta a ameaça de coação, o que é exatamente o caso de Rodrigo (prisão preventiva decretada).

E) INCORRETA: O mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo, exceto quando se trata de liberdade de locomoção, que é protegida especificamente pelo habeas corpus.

Art.5º,LXIX: "LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por

habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”

Gabarito: C

28. Eduardo, maior e capaz, empresário de sucesso com elevado patrimônio, adquiriu, para a sua casa de praia, uma máquina de lavar roupa, avaliada em R\$ 3.000,00, na qualidade de destinatário final do produto. Por sua vez, a entidade privada Alfa, pessoa jurídica, utilizou determinados serviços como destinatária final. Registre-se, por fim, que Eduardo e a entidade privada Alfa estão insatisfeitos, respectivamente, com o produto adquirido e com os serviços prestados. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- A)** apesar de Eduardo e da entidade privada Alfa não serem enquadrados, nos termos da lei, como consumidores, é possível que, em eventual demanda judicial, o juiz, de forma fundamentada e excepcional, aplique os regramentos do Código de Defesa do Consumidor em benefício de ambos;
- B)** como pessoa jurídica, a entidade privada Alfa não pode ser considerada consumidora; igualmente, Eduardo não se caracteriza como consumidor, já que não é pessoa economicamente vulnerável;
- C)** por não ser hipossuficiente econômico, Eduardo não pode ser enquadrado como consumidor, mas a entidade privada Alfa, sendo a destinatária final dos serviços prestados, é consumidora;
- D)** por ser uma pessoa jurídica, a entidade privada Alfa, não é tida como consumidora, mas Eduardo, na qualidade de destinatário final do produto adquirido, é tido como consumidor;
- E)** por serem destinatários finais, respectivamente, do produto adquirido e dos serviços prestados, tanto Eduardo quanto a entidade privada Alfa são considerados consumidores.

Comentários:

A questão trata do **conceito legal de consumidor** e a **teoria finalista** adotada pelo **Código de Defesa do Consumidor (CDC – Lei nº 8.078/1990)**, e alguns aspectos sobre **pessoas físicas e jurídicas** e o papel do **destinatário final**.

Vamos à análise das alternativas:

(A) Incorreta. O **art. 2º do CDC** define consumidor como *“toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”*. Tanto **Eduardo** (pessoa física) quanto a **entidade privada Alfa** (pessoa jurídica) se enquadram nessa definição, pois ambos **utilizaram o produto e o serviço em caráter final, sem reintroduzi-los na cadeia produtiva ou comercial**. Assim, **não é necessário que o juiz aplique o CDC de forma excepcional**, pois a lei já os abrange. A aplicação excepcional e fundamentada só seria cabível em casos em que, formalmente, não houvesse relação de consumo, mas existisse **vulnerabilidade fática, técnica ou jurídica**, hipótese não descrita no enunciado. Portanto, o juiz não precisaria estender o CDC “de forma excepcional”, pois ambos são consumidores típicos conforme a norma.

(B) Incorreta. O **CDC** não restringe o conceito de consumidor às pessoas físicas. O **art. 2º** expressamente menciona que o consumidor pode ser **pessoa física ou jurídica**, desde que atue como **destinatário final**. Além disso, **Eduardo** não precisa ser “economicamente vulnerável” para ser considerado consumidor; basta que ele tenha adquirido o produto **para uso próprio**, e não para revenda ou transformação. A vulnerabilidade econômica é **presumida** nas relações de consumo (art. 4º, I, CDC), mas **não é requisito essencial** para a caracterização do consumidor. Assim, a alternativa erra ao afirmar que a pessoa jurídica não pode ser consumidora e que a falta de vulnerabilidade econômica afasta o conceito de consumidor.

(C) Incorreta. Essa alternativa está **errada** porque confunde os critérios de vulnerabilidade e destinação final. O fato de **Eduardo** ser um empresário com alto poder aquisitivo **não retira sua condição de consumidor**, pois o critério decisivo é o **fato de ele ser o destinatário final do produto** (máquina de lavar roupa). Ele não a adquiriu para integrar seu negócio, mas para uso doméstico. Já a **entidade privada Alfa**, sendo **destinatária final dos serviços**, também é considerada consumidora, desde que os serviços não estejam ligados à sua atividade econômica principal. Assim, tanto Eduardo quanto Alfa podem ser enquadrados como consumidores, não apenas a pessoa jurídica, como afirma erroneamente a alternativa.

(D) Incorreta. A alternativa está **parcialmente verdadeira, mas incorreta no conjunto**. De fato, **Eduardo** é consumidor, pois adquiriu o produto **como destinatário final** e está protegido pelo CDC (art. 2º). Contudo,

a **entidade privada Alfa** também pode ser considerada consumidora, já que o **Código não exclui as pessoas jurídicas** do conceito, desde que os bens ou serviços sejam utilizados **em seu proveito próprio e não para fins de produção ou revenda**. A jurisprudência do **STJ** admite amplamente que **pessoas jurídicas** podem ser consumidoras, inclusive sob a ótica da **teoria finalista mitigada**, reconhecendo a vulnerabilidade técnica, jurídica ou informacional (REsp 1.195.642/RS). Assim, a alternativa erra ao afirmar que Alfa não é consumidora apenas por ser pessoa jurídica.

(E) Correta. Esse é o nosso **gabarito**. Conforme o **art. 2º do CDC**, tanto **Eduardo**, que adquiriu a máquina de lavar para uso próprio, quanto a **entidade privada Alfa**, que contratou serviços como destinatária final, são considerados **consumidores**, pois **ambos utilizaram o produto e o serviço em caráter final, fora da cadeia produtiva**. O Código adota a **teoria finalista**, segundo a qual o consumidor é quem **retira o bem ou serviço do mercado de consumo para uso próprio**. No caso da Alfa, a jurisprudência do **STJ** (REsp 476.428/SC e REsp 1.195.642/RS) consagra a chamada **teoria finalista mitigada**, que permite reconhecer a pessoa jurídica como consumidora sempre que houver **vulnerabilidade técnica ou informacional** diante do fornecedor, o que é presumido quando a contratação não se relaciona diretamente à atividade econômica da empresa. Assim, ambos se enquadram como consumidores típicos.

Portanto, ambos os personagens são consumidores, porque destinatários finais do produto ou serviço, nos termos do art. 2º do CDC: "Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". O fato de a pessoa física ter comprado um produto caro ou ter elevada renda ou patrimônio é irrelevante, bem como ser pessoa jurídica. Ambos são consumidores.

Gabarito: E.

29. Em razão de intensas chuvas que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul, causando fortes enchentes, agentes públicos federais competentes, em situação de iminente perigo público, se depararam com a necessidade de utilizar o imóvel particular de Joana para efetuar o salvamento da população local. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A)** o consentimento de Joana é necessário para que os agentes públicos federais competentes possam utilizar o seu imóvel ainda que haja situação de iminente perigo público, por tratar de propriedade particular;
- B)** os agentes públicos federais competentes não poderão utilizar o imóvel de Joana sem o consentimento

desta, ainda que se trate de situação de iminente perigo público, salvo se proprietária não estiver no local;

- C) o imóvel de Joana poderá ser utilizado pelos agentes públicos federais competentes, em razão da situação de iminente perigo público, sendo certo que caberá indenização ulterior se houver dano;
- D) a autorização judicial é necessária para que os agentes públicos federais competentes possam, sem o consentimento de Joana, utilizar o seu imóvel em situação de iminente perigo público;
- E) os agentes públicos federais competentes, diante de situação de iminente perigo público, poderão utilizar o imóvel de Joana, sem direito à indenização, ainda que haja dano.



Estratégia
Concursos

Comentários:

- A) INCORRETA.: A Constituição não exige consentimento do proprietário para realizar a requisição administrativa, em casos de iminente perigo público, trata-se de uma autoexecução administrativa de natureza compulsória.
- B) INCORRETA. A utilização independe da presença ou do consentimento da proprietária, como justificado acima.
- C) CORRETA. Esta alternativa reproduz exatamente o texto constitucional. O uso é permitido em caso de perigo público iminente, com indenização ulterior apenas se houver dano.

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

- D) INCORRETA. Trata-se de autoexecução administrativa, não dependendo de qualquer procedimento prévio ou autorização judicial.
- E) INCORRETA. Embora os agentes públicos possam utilizar o imóvel de Joana em uma situação de iminente perigo público, art. 5º, XXIV da Constituição assegura o direito à indenização posterior em caso de dano.

Gabarito: C

30. Maria tem 17 anos e acabou de ingressar na faculdade de Direito. Por sua vez, José é um historiador aposentado, com 67 anos. Por fim, Lucas, com 32 anos, é um brilhante mecânico de automóveis, que, por particularidades da vida, é analfabeto. Sabedores da importância do processo eleitoral no Estado Democrático de Direito, os três indivíduos pretendem exercer o direito ao voto em hipotética eleição a ser realizada na corrente data. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o voto é:



Estratégia
Concursos

- A) obrigatório para José e facultativo para Maria e Lucas;
- B) obrigatório para Maria e facultativo para José e Lucas;
- C) obrigatório para Lucas e facultativo para Maria e José;
- D) obrigatório para Maria, José e Lucas;
- E) facultativo para Maria, José e Lucas.

Comentários:

A Constituição Federal, no art. 14, §1º, estabelece que o voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos, e facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos, os maiores de 70 anos e os analfabetos.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Maria, com 17 anos, é menor de 18 anos e seu voto é facultativo.

José, por possuir 67 anos, tem o voto como obrigatório.

Lucas, por ser analfabeto, tem o voto facultativo.

Com isso, a resposta **correta** é que o voto é obrigatório para José (porque ele está dentro da faixa etária em que o voto é obrigatório), facultativo para Maria e Lucas, sendo, portanto, a alternativa (A) a correta.

Gabarito: A

31. Lucas, adolescente com 13 anos de idade e devidamente matriculado na rede municipal de ensino, pretende, após as aulas matinais, exercer atividade laborativa para contribuir na renda mensal do seu núcleo familiar, composto pelos seus pais e por um irmão mais novo. Nesse cenário, considerando as disposições expressas da Constituição Federal, em tema de direitos sociais, é correto afirmar que:

- A)** por ter apenas 13 anos de idade, Lucas, ainda que esteja devidamente matriculado na rede municipal de ensino, não poderá exercer qualquer trabalho, nem mesmo na condição de aprendiz;
- B)** com a concordância dos seus pais, Lucas poderá trabalhar na qualidade de aprendiz, vedando-se, apenas, atividades laborativas noturnas ou perigosas;
- C)** como está matriculado na rede municipal de ensino, Lucas poderá exercer atividade laborativa, salvo trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- D)** caso haja a concordância expressa dos seus pais, Lucas poderá exercer atividade laborativa, ainda que se trate de trabalho noturno;
- E)** salvo na condição de aprendiz, o adolescente Lucas não poderá exercer qualquer trabalho.

Comentários:

A) CORRETA: Lucas tem 13 anos, portanto não pode trabalhar de forma alguma, nem mesmo como aprendiz. De acordo com o Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal:

“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

B) INCORRETA: Lucas tem 13, portanto não pode ser aprendiz, ainda que haja autorização dos pais.

C) INCORRETA: O trabalho só é permitido a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz.

D) INCORRETA: Menores de 14 não podem trabalhar, sob nenhuma condição.

E) INCORRETA: Como Lucas tem 13 anos, nem como aprendiz ele pode trabalhar.

Gabarito: A

MATEMÁTICA

32. João contou os N números inteiros de 1 a 2025 que são múltiplos simultâneos de 2 e de 3, mas que não são múltiplos de 8. O valor de N é:

- A) 337;
- B) 253;
- C) 168;
- D) 84;
- E) 42.

Comentários:

Inicialmente, observe que os **múltiplos simultâneos de 2 e de 3** são os **múltiplos de $2 \times 3 = 6$** .

Logo, o problema nos pede para obter, no intervalo de **1 a 2025**, o **total de múltiplos de 6 que não são múltiplos de 8**. Para obter esse total, vamos seguir os seguintes passos:

Obter o número de **múltiplos de 6** entre **1 e 2025**;

Obter o número de **múltiplos de 6 que são múltiplos de 8** entre **1 e 2025**; e

Subtrair o primeiro número do segundo, obtendo o número de múltiplos de 6 que não são múltiplos de 8.

Obter o número de múltiplos de 6 entre 1 e 2025

Para encontrar o número de múltiplos de 6 entre 1 e 2025, vamos realizar a seguinte operação:

$$\frac{(\text{Múltiplo de 6 imediatamente inferior a 2025}) - (\text{Múltiplo de 6 imediatamente superior a 1})}{6} + 1$$



Observe que **é necessário somar uma unidade** na expressão para não deixar de fora um dos extremos.

Exemplo: **quantos múltiplos de 6 existem entre 6 e 18?** Ora, claramente existem três: o próprio 6, o 12 e o próprio 18. Ocorre que, ao realizar $\frac{18-6}{6}$, obteríamos 2 como resultado. Logo, é necessário somar uma unidade na expressão:

$$\begin{aligned} \frac{18-6}{6} + 1 \\ = 2 + 1 \\ = 3 \end{aligned}$$

Voltando ao problema, vamos agora obter o **múltiplo de 6 imediatamente inferior a 2025**. Note que **2025** dividido por 6 nos deixa **quociente 337** e resto 3. Logo, o **múltiplo de 6 imediatamente inferior a 2025** é:

$$337 \times 6 = 2022$$

Sabemos, também, que o **múltiplo de 6 imediatamente superior a 1** é o próprio 6. Logo, o **número de múltiplos de 6 entre 1 e 2025** é:

$$\begin{aligned}
 & \frac{\left(\begin{array}{c} \text{Múltiplo de 6 imediatamente} \\ \text{inferior a 2025} \end{array} \right) - \left(\begin{array}{c} \text{Múltiplo de 6 imediatamente} \\ \text{superior a 1} \end{array} \right)}{6} + 1 \\
 & \quad \frac{2022 - 6}{6} + 1 \\
 & \quad = \frac{2016}{6} + 1 \\
 & \quad = 336 + 1 \\
 & \quad = \boxed{337}
 \end{aligned}$$

Obter o número de múltiplos de 6 que são múltiplos de 8 entre 1 e 2025

Note que os múltiplos de 6 que também são múltiplos de 8 são os múltiplos do MMC entre 6 e 8. Realizando a decomposição simultânea em fatores primos para o cálculo do MMC, temos:

$$\begin{array}{r|l}
 6, 8 & 2 \\
 3, 4 & 2 \\
 3, 2 & 2 \\
 3, 1 & 3 \\
 1, 1 &
 \end{array}$$

Logo, $\text{MMC}(6,8) = 2 \times 2 \times 3 = 24$. Portanto, os múltiplos de 6 que também são múltiplos de 8 são os múltiplos de 24.

Para encontrar o **número de múltiplos de 24** entre **1** e **2025**, vamos realizar a seguinte operação:

$$\frac{\left(\begin{array}{c} \text{Múltiplo de 24 imediatamente} \\ \text{inferior a 2025} \end{array} \right) - \left(\begin{array}{c} \text{Múltiplo de 24 imediatamente} \\ \text{superior a 1} \end{array} \right)}{24} + 1$$

Note que 2025 dividido por 24 nos deixa quociente 84 e resto 9. Logo, o múltiplo de 24 imediatamente inferior a 2025 é:

$$84 \times 24 = 2016$$

Sabemos, também, que o múltiplo de 24 imediatamente superior a 1 é o próprio 24. Logo, o número de múltiplos de 24 entre 1 e 2025 é:

$$\frac{(\text{Múltiplo de 24 imediatamente inferior a 2025}) - (\text{Múltiplo de 24 imediatamente superior a 1})}{24} + 1$$
$$= \frac{2016 - 24}{24} + 1$$
$$= \frac{1992}{24} + 1$$
$$= 83 + 1$$
$$= \boxed{84}$$

Subtrair o primeiro número do segundo, obtendo o número de múltiplos de 6 que não são múltiplos de 8

O número de múltiplos de 6 que não são múltiplos de 8 no intervalo de 1 a 2025 é dado por:

$$\begin{array}{r} \overbrace{337}^{\text{Múltiplos de 6}} - \overbrace{84}^{\text{Múltiplos de 24}} \\ = \boxed{253} \end{array}$$

Gabarito: B.

33. Com relação aos funcionários de uma certa empresa, a razão entre o número de homens e o número de mulheres é $\frac{3}{5}$. Uma pesquisa interna revelou que $\frac{1}{4}$ dos homens e $\frac{1}{5}$ das mulheres têm animais de estimação. Nessa empresa, a razão entre o número de homens que têm animais de estimação e o número total de funcionários que têm animais de estimação é:

- A) $\frac{3}{4}$;
- B) $\frac{2}{5}$;
- C) $\frac{3}{5}$;
- D) $\frac{2}{7}$;

E) $3/7$.

Comentários:

Seja H o número de homens e M o número de mulheres da empresa. A razão entre homens e mulheres é dada por:

$$\frac{H}{M} = \frac{3}{5}$$

Podemos representar essa razão por meio de números proporcionais. Por exemplo, **podemos chamar H de $3x$ e M de $5x$** . Nesse caso, observe que a razão H/M é $3/5$.

$$\frac{H}{M} = \frac{3x}{5x} = \frac{3}{5}$$

Fazendo $H = 3x$ e $M = 5x$, note que o número total de funcionários é:

$$\begin{aligned} T &= H + M \\ &= 3x + 5x \\ &= 8x \end{aligned}$$

Segundo o enunciado, **$1/4$ dos homens têm animais de estimação**, e **$1/5$ das mulheres também**.

Logo, o número de homens com animais é:

$$H_a = \frac{1}{4} \times H$$

$$H_a = \frac{1}{4} \times 3x$$

$$H_a = \frac{3x}{4}$$

Além disso, o número de mulheres com animais é:

$$M_a = \frac{1}{5} \times M$$

$$= \frac{1}{5} \times 5x$$

$$= x$$

Note que o número total de funcionários que têm animais de estimação corresponde a:

$$T_a = H_a + M_a$$

$$= \frac{3x}{4} + x$$

$$= \frac{3x + 4x}{4}$$

$$= \frac{7x}{4}$$

A questão pede a **razão** entre o **número de homens com animais** e o **número total de funcionários com animais**:

$$\begin{aligned}\frac{H_a}{T_a} &= \frac{\frac{3x}{4}}{\frac{7x}{4}} \\ &= \frac{3x}{4} \times \frac{4}{7x} \\ &= \frac{3}{7}\end{aligned}$$

Portanto, a razão procurada é $3/7$.

Gabarito: E.

34. Duas cidades A e B estão conectadas por uma ferrovia de 270 km de comprimento. Um trem com velocidade constante de 120 km/h parte da cidade A em direção à cidade B. Quinze minutos depois, um outro trem, com velocidade constante de N km/h, parte da cidade B em direção à cidade A. Os dois trens se cruzam em um ponto a 140 km da cidade B. O valor de N é:

- A) 168;
- B) 180;
- C) 188;
- D) 210;
- E) 220.

Comentários:

Sabemos que, quando a velocidade é constante durante um trajeto, esta é a velocidade média.

A velocidade média (ou constante) corresponde à razão entre uma distância percorrida e o tempo em que se percorreu essa distância:

$$\text{Velocidade (Constante ou Média)} = \frac{\text{Distância percorrida}}{\text{Tempo}}$$

Considere as seguintes incógnitas:

- v_a = velocidade do trem que parte de A, em km/h;
- N = velocidade do trem que parte de B, em km/h;
- t_A = tempo, em horas, contado a partir da partida do trem que saiu de A até o encontro;
- t_B = tempo, em horas, contado a partir da partida do trem que saiu de B até o encontro;
- d_A = distância percorrida pelo trem que saiu de A até o ponto de encontro;
- d_B = distância percorrida pelo trem que saiu de B até o ponto de encontro.

A ferrovia tem 270 km. O encontro ocorre a 140 km de B. Portanto, $d_B = 140$ km e d_A corresponde a:

$$\begin{aligned} d_A &= 270 - 140 \\ &= \mathbf{130 \text{ km}} \end{aligned}$$

O trem que sai de A tem velocidade $v_a = 120$ km/h e parte 15 minutos antes, isto é, 0,25 h antes. Assim, ele viaja durante $t_A = t_B + 0,25$ horas até o encontro. Logo:

$$v_A = \frac{d_A}{t_A}$$

$$d_A = v_A \times t_A$$

$$130 = 120 \times (t_B + 0,25)$$

$$120 \times (t_B + 0,25) = 130$$

$$120 \times t_B + 120 \times 0,25 = 130$$

$$120t_B + 30 = 130$$

$$120t_B = 100$$

$$t_B = \frac{100}{120}$$

$$t_B = \frac{5}{6} \text{ h}$$

O trem que sai de B percorre $d_B = 140$ km em $t_B = 5/6$ horas, com velocidade constante N . Logo:

$$\begin{aligned} N &= \frac{d_B}{t_B} \\ &= \frac{140 \text{ km}}{\frac{5}{6} \text{ h}} \\ &= 140 \times \frac{6}{5} \text{ km/h} \\ &= \frac{840}{5} \text{ km/h} \\ &= 168 \text{ km/h} \end{aligned}$$

Portanto, a velocidade do trem que parte de B é de 168 km/h.

Gabarito: A.

35. Cinco velas acesas são dispostas em círculo. De repente, uma rajada de vento sopra e cada vela tem $\frac{2}{3}$ de probabilidade de apagar. A probabilidade de que, após a rajada de vento, cada vela ainda esteja acesa ou esteja ao lado de, pelo menos, uma vela acesa é:

- A) $\frac{17}{81}$;
- B) $\frac{32}{81}$;
- C) $\frac{64}{81}$;
- D) $\frac{91}{243}$;
- E) $\frac{152}{243}$.

Comentários:

Para calcular a probabilidade de cada vela estar acesa ou estar ao lado de pelo menos uma vela acesa, vamos trabalhar com os diferentes cenários, quais sejam: de nenhuma vela apagar, de 1 vela apagar, de 2 velas apagarem e de 3 velas apagarem.

Pontue-se que não é possível que 4 velas se apaguem, ou seja, apenas 1 fique acesa, pois nem todas as velas estarão ao lado de, pelo menos, uma vela acesa. Inclusive, como as velas estão dispostas em um círculo, as 4 velas apagadas ficarão necessariamente juntas.

A probabilidade de **nenhuma vela** apagar pode ser calculada pela distribuição binomial, com $n = 5$ e $p = \frac{2}{3}$, em que o sucesso corresponde à vela apagada:

$$P(X = k) = C_{n,k} \times p^k \times (1 - p)^{n-k}$$

$$P(X = 0) = C_{5,0} \times \left(\frac{2}{3}\right)^0 \times \left(\frac{1}{3}\right)^5 = 1 \times 1 \times \frac{1}{3^5} = \frac{1}{243}$$

A probabilidade de **1 vela** apagar também pode ser calculada pela distribuição binomial, porque qualquer vela pode se apagar, atendendo à restrição imposta:

$$P(X = 1) = C_{5,1} \times \left(\frac{2}{3}\right)^1 \times \left(\frac{1}{3}\right)^4 = 5 \times \frac{2}{3} \times \frac{1}{3^4} = \frac{10}{243}$$

A probabilidade de 2 velas apagarem também pode ser calculada pela distribuição binomial, porque quaisquer 2 velas podem se apagar, pois em qualquer caso, cada uma delas estará ao lado de pelo menos uma vela acesa (ainda que as 2 velas apagadas estejam juntas):

$$P(X = 2) = C_{5,2} \times \left(\frac{2}{3}\right)^2 \times \left(\frac{1}{3}\right)^3 = 10 \times \frac{4}{3^2} \times \frac{1}{3^3} = \frac{40}{243}$$

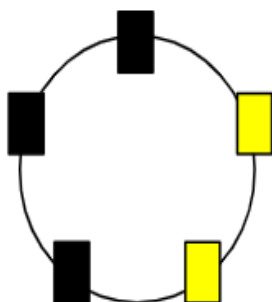
A combinação é:

$$C_{5,2} = \frac{5!}{(5-2)! \times 2!} = \frac{5 \times 4 \times 3!}{3! \times 2} = 5 \times 2 = 10$$

Logo, a probabilidade de 2 velas apagarem é:

$$P(X = 2) = 10 \times \frac{4}{3^2} \times \frac{1}{3^3} = \frac{40}{243}$$

Agora, vamos pensar no cenário de 3 velas se apagarem. Elas não podem estar todas juntas, pois a vela do meio **não** atenderá à restrição do enunciado, conforme ilustrado a seguir, em que os retângulos pretos representam as velas apagadas e os retângulos amarelos representam as velas acesas:



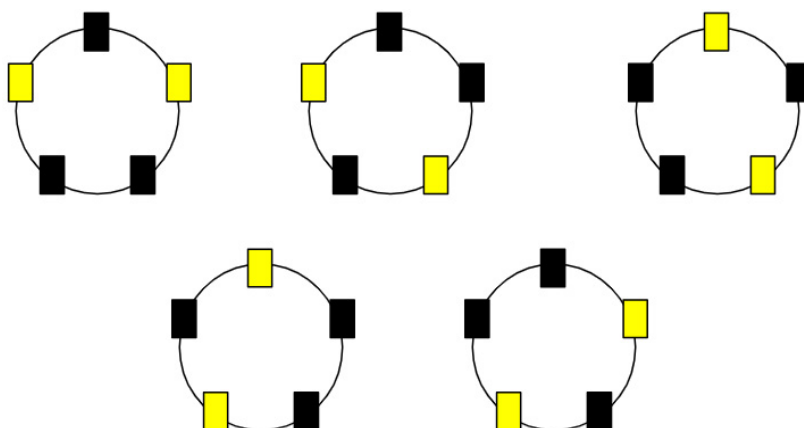
O número de maneiras de dispor as velas nesse cenário pode ser calculado pelo total de maneiras de escolher 3 velas para se apagarem dentre 5 (combinação de 5 escolhe 3), menos o número de maneiras de ter 3 velas juntas. Há 5 possibilidades de ter 3 velas juntas, o que pode ser visualizado girando a representação acima, para as 5 velas, logo:

$$n_3 = C_{5,3} - 5$$

Sabendo que a combinação de 5 escolhe 3 é igual à de 5 escolhe 2, que já calculamos, temos:

$$n_3 = 10 - 5 = 5$$

Portanto, há 5 possibilidades de organizar as 3 velas apagadas, atendendo à restrição do enunciado. Vamos visualizá-las.



Assim sendo, a probabilidade de essas possibilidades ocorrerem é:

$$P(X = 3) = 5 \times \left(\frac{2}{3}\right)^3 \times \left(\frac{1}{3}\right)^2 = 5 \times \frac{8}{3^3} \times \frac{1}{3^2} = \frac{40}{243}$$

E a probabilidade de um desses cenários ocorrer é a soma:

$$P = \frac{1}{243} + \frac{10}{243} + \frac{40}{243} + \frac{40}{243} = \frac{91}{243}$$

Gabarito: D.

36. Fernanda tem uma coleção de N medalhas e quer dividi-las igualmente em um certo número de potes. Quando ela divide as medalhas em 4 potes, sobra 1 medalha. Quando ela divide as medalhas em 5 potes, sobram 2 medalhas. Quando ela divide as medalhas em 6 potes, sobram 3 medalhas. A soma dos algarismos do menor valor possível de N é:

- A) 6;
- B) 8;
- C) 10;
- D) 12;
- E) 14.

Comentários:

Segundo o enunciado:

- Ao dividir N por 4, obtemos o resto 1. Logo, $N-1$ é múltiplo de 4. Portanto, sendo k_1 um número inteiro, podemos dizer que $N-1$ é da forma $4 \times k_1$:

$$N - 1 = 4k_1$$

$$N = 4k_1 + 1$$

- Ao dividir N por 5, obtemos o resto 2. Logo, N-2 é múltiplo de 5. Portanto, sendo k_2 um número inteiro, podemos dizer que N-2 é da forma $5 \times k_2$:

$$N - 2 = 5k_2$$

$$N = 5k_2 + 2$$

- Ao dividir N por 6, obtemos o resto 3. Logo, N-3 é múltiplo de 6. Portanto, sendo k_3 um número inteiro, podemos dizer que N-3 é da forma $6 \times k_3$:

$$N - 3 = 6k_3$$

$$N = 6k_3 + 3$$

Repare que, se somarmos 3 a N em cada caso, o resto desaparece:

- Primeiro caso:
- Segundo caso:

$$N + 3 = 5k_2 + 5$$

$$N + 3 = 5 \times \underbrace{(k_2 + 1)}_{\text{Inteiro}}$$

- Terceiro caso:

$$N + 3 = 6k_3 + 6$$

$$N + 3 = 6 \times \underbrace{(k_3 + 1)}_{\text{Inteiro}}$$

Note que N+3 pode ser escrito como:

- 4 vezes um número inteiro;
- 5 vezes um número inteiro; e
- 6 vezes um número inteiro.

Logo, N+3 é múltiplo de 4, de 5 e de 6 ao mesmo tempo.

Para obter o menor N possível, vamos obter inicialmente o menor valor para $N+3$. Para que $N+3$ seja o menor possível, $N+3$ deve ser o menor múltiplo comum a 4, 5 e 6, ou seja, deve ser o MMC entre 4, 5 e 6.

Realizando a decomposição simultânea em fatores primos para o cálculo do MMC, temos:

$$\begin{array}{r|l} 4, 5, 6 & 2 \\ 2, 5, 3 & 2 \\ 1, 5, 3 & 3 \\ 1, 5, 1 & 5 \\ 1, 1, 1 & \end{array}$$

Logo, $\text{MMC}(4,5,6)=2^2 \times 3^1 \times 5^1=60$. Portanto:

$$N + 3 = 60$$

$$N = 60 - 3$$

$$\boxed{N = 57}$$

Logo, a soma dos algarismos de N é

$$5 + 7 = \boxed{12}$$

Gabarito: D.

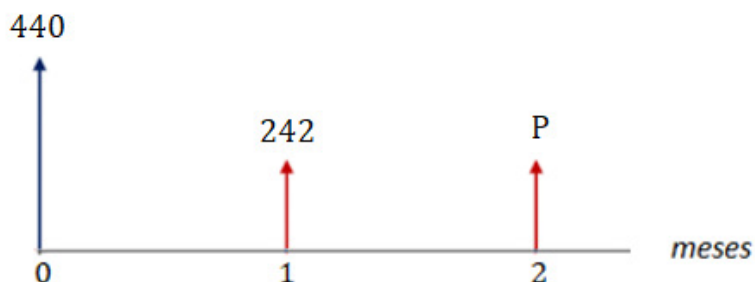
37. Marli comprou um vestido por R\$ 440,00 e parcelou o pagamento em duas parcelas mensais, sendo a primeira parcela paga um mês após a compra. A loja onde Marli fez a compra cobra juros mensais de 5%, em regime de juros compostos. A primeira parcela paga por Marli foi de R\$ 242,00. A segunda parcela paga por Marli foi de:

- A) R\$ 241,00;
- B) R\$ 240,00;
- C) R\$ 234,00;
- D) R\$ 231,00;

E) R\$ 224,00.

Comentários:

Vejamos graficamente as opções de compra de Marli.



Iremos equivaler os capitais, isto é, as opções de compra, no tempo $t=2$:

$$440 \times (1 + i)^2 = 242 \times (1 + i) + P$$

$$440 \times (1 + 0,05)^2 = 242 \times (1 + 0,05) + P$$

$$440 \times 1,1025 = 242 \times 1,05 + P$$

$$485,10 = 254,10 + P$$

$$P = 485,10 - 254,10 \rightarrow P = 231$$

Gabarito: D.

38. Há 9 pedras igualmente espaçadas em linha reta e numeradas sequencialmente com os números inteiros de 10 a 18. O sapinho Saltitante está sobre a pedra de número 10 e deseja ir para a pedra de número 18. A cada salto, Saltitante pode pular 1, 2 ou 3 pedras na direção da pedra de número 18. Entretanto, as pedras que têm números primos estão contaminadas com um veneno mortal e Saltitante tem que evitá-las. O número de sequências diferentes de saltos que Saltitante pode executar para ir da pedra de número 10 à pedra de número 18 é: ,

- A) 5;
- B) 6;
- C) 7;
- D) 8;
- E) 9.

Comentários:

Temos aqui um problema bem interessante de contagem de rotas! A melhor abordagem é mapear as pedras seguras e, em seguida, listar sistematicamente todos os caminhos possíveis. Essa era a resolução esperada do aluno durante a prova.

De acordo com o enunciado, as pedras vão de 10 a 18. Vamos identificar os números primos nesse intervalo:

Números primos entre 10 e 18: **11, 13, 17**. **Essas são as pedras venenosas que Saltitante não pode pisar.**

As pedras seguras são: 10 (início), 12, 14, 15, 16, 18 (fim).

O Saltitante pode pular 1, 2 ou 3 pedras para frente. Partindo da pedra 10, o único salto possível é para a **pedra 12**, pois as pedras 11 e 13 são venenosas.

Uma vez na pedra 12, Saltitante poderá ir para a pedra 14 ou 15.

Temos dois caminhos possíveis a partir daqui:

- Da pedra 14: Pode ir para 15 ou 16.
- Da pedra 15: Pode ir para 16 ou 18 (fim).

Quando chega na pedra 16, resta apenas um caminho possível: para a pedra 18, pois **a pedra 17 é venenosa**. Com base nos saltos possíveis, podemos construir todas as rotas válidas do início (10) ao fim (18):

1) $10 \rightarrow 12 \rightarrow 14 \rightarrow 15 \rightarrow 16 \rightarrow 18$

- 2) $10 \rightarrow 12 \rightarrow 14 \rightarrow 15 \rightarrow 18$
- 3) $10 \rightarrow 12 \rightarrow 14 \rightarrow 16 \rightarrow 18$
- 4) $10 \rightarrow 12 \rightarrow 15 \rightarrow 16 \rightarrow 18$
- 5) $10 \rightarrow 12 \rightarrow 15 \rightarrow 18$

Sendo assim, encontramos um total de 5 sequências diferentes de saltos.

Gabarito: A.

39. Em uma fazenda, um terreno será preparado para plantação. O administrador sabe que 5 operários trabalhando 5 horas por dia durante 5 dias preparam 5000 m^2 de terreno. A área que 6 operários trabalhando 6 horas por dia durante 6 dias conseguem preparar é de:

- A) 6000 m^2 ;
- B) 6300 m^2 ;
- C) 7410 m^2 ;
- D) 8640 m^2 ;
- E) 9510 m^2 .

Comentários:

Vamos montar uma tabela com as informações, colocando a grandeza que queremos descobrir (Área) na primeira coluna para referência.

Área (m²)	Operários	Horas/Dia	Dias
5000	5	5	5
x	6	6	6

Agora, vamos comparar cada grandeza com a coluna "Área" para determinar se a relação é direta (ambas aumentam ou diminuem juntas) ou inversa (uma aumenta enquanto a outra diminui).

- **Área x Operários:** Aumentando o número de operários, a área preparada também aumenta. A relação é direta.

- **Área x Horas/Dia:** Aumentando as horas de trabalho por dia, a área preparada também aumenta. A relação é direta.

- **Área x Dias:** Aumentando o número de dias de trabalho, a área preparada também aumenta. A relação é direta.

Vamos esquematizar a tabela:

Área (m²)	Operários	Horas/Dia	Dias
5000	5	5	5
x	6	6	6



Com a tabela esquematizada, podemos equacionar o problema **igualando a razão da coluna da incógnita (5000/x) ao produto das outras razões**. Como todas as relações são diretas, não precisamos inverter nenhuma fração.

$$5000/x = (5/6) \cdot (5/6) \cdot (5/6)$$

$$5000/x = 125/216$$

$$125 \cdot x = 5000 \cdot 216$$

$$x = 40 \cdot 216$$

$$\boxed{x = 8640}$$

Portanto, a área que os 6 operários conseguem preparar nas novas condições é de 8640 m².

Gabarito: D.

40. Nos EUA, as unidades de massa usadas na vida cotidiana são a libra e a onça. Sabe-se que 1 libra equivale a 16 onças e que 1 quilograma equivale a 2,2 libras. Certo objeto tem massa de 3 libras e 10 onças. Seu valor equivalente em gramas é, aproximadamente:

- A) 1610;
- B) 1630;
- C) 1650;
- D) 1670;
- E) 1690.

Comentários:

Sabemos que:

- 1 libra equivale a 16 onças; e
- 1 quilograma equivale a 2,2 libras.
- A massa do objeto considerado é de **3 libras e 10 onças**.

Como **16 onças = 1 libra**, temos que **1 onça = 1/16 libras**. Portanto, a massa do objeto, em libras, é:

$$\begin{aligned} & 3 \text{ libras} + 10 \text{ onças} \\ & \qquad \qquad \qquad \underbrace{\qquad \qquad \qquad}_{\frac{1}{16} \text{ libras}} \\ & = 3 \text{ libras} + 10 \times \frac{1}{16} \text{ libras} \\ & = 3 \text{ libras} + 0,625 \text{ libras} \\ & = \boxed{3,625 \text{ libras}} \end{aligned}$$

Como **2,2 libras = 1 kg**, temos que **1 libra = 1/2,2 kg**. Portanto, a massa do objeto, em kg, é:

$$\begin{aligned} & 3,625 \overbrace{\text{libras}}^{\frac{1}{2,2} \text{kg}} \\ &= 3,625 \times \frac{1}{2,2} \text{kg} \\ &\cong \boxed{1,648 \text{ kg}} \end{aligned}$$

Por fim, sabemos que **1kg = 1.000g**. Portanto, a massa do objeto, em gramas, é:

$$\begin{aligned} & 1,648 \overbrace{\text{kg}}^{1.000 \text{ g}} \\ &= 1,648 \times 1.000 \text{ g} \\ &= \boxed{1.648 \text{ g}} \end{aligned}$$

Arredondando para o múltiplo de 10 mais próximo, temos que **a massa do objeto é de, aproximadamente, 1650 gramas**.

Gabarito: C.

41. A tabela abaixo mostra a variação da pressão atmosférica com a altitude medida em quilômetros. No nível do mar (altitude igual a 0), a pressão é de 1 atm (1 atmosfera), e, quando a altitude aumenta, a pressão diminui.

Altitude km	Pressão atm	Altitude km	Pressão atm
0	1,00	5	0,54
1	0,89	6	0,47
2	0,80	7	0,40
3	0,71	8	0,34
4	0,62	9	0,28

É correto afirmar que:

- A) pressão atmosférica e altitude são grandezas diretamente proporcionais;
- B) pressão atmosférica e altitude são grandezas inversamente proporcionais;
- C) na altitude de 6 km, a pressão é de 0,6 atm;
- D) quando a altitude varia de 2 km para 7 km, a pressão se reduz em 50%;
- E) a 7 km de altitude, a pressão atmosférica é 40% menor que a pressão ao nível do mar.

Comentários:

Vamos verificar as alternativas.

a) pressão atmosférica e altitude são grandezas diretamente proporcionais. ERRADO.

Dois grandezas são diretamente proporcionais quando a razão entre elas é sempre constante. Para verificar que "pressão atmosférica" e "altitude" não são grandezas diretamente proporcionais, podemos tomar, por exemplo, os seguintes casos:

- Caso 1: Pressão = 0,8 atm e Altitude = 2 km; e
- Caso 2: Pressão = 0,4 atm e Altitude = 7 km.

Note que, para o primeiro caso, a razão entre "pressão atmosférica" e "altitude" é:

$$\frac{0,8}{2} = 0,4$$

Por outro lado, para o segundo caso, a razão entre "pressão atmosférica" e "altitude" é:

$$\frac{0,4}{7} \cong 0,057$$

Logo, como a razão não se manteve constante para os dois casos, as grandezas não são diretamente proporcionais.

b) pressão atmosférica e altitude são grandezas inversamente proporcionais. ERRADO.

Duas grandezas são inversamente proporcionais quando o produto entre elas é sempre constante. Para verificar que "pressão atmosférica" e "altitude" não são grandezas inversamente proporcionais, podemos tomar, por exemplo, os seguintes casos:

- Caso 1: Pressão = 0,8 atm e Altitude = 2 km; e
- Caso 2: Pressão = 0,4 atm e Altitude = 7 km.

Note que, para o primeiro caso, o produto entre "pressão atmosférica" e "altitude" é:

$$0,8 \times 2 = 1,6$$

Por outro lado, para o segundo caso, o produto entre "pressão atmosférica" e "altitude" é:

$$0,4 \times 7 = 2,8$$

Logo, como o produto não se manteve constante para os dois casos, as grandezas não são inversamente proporcionais.

c) na altitude de 6 km, a pressão é de 0,6 atm. ERRADO.

Conforme pode ser observado na tabela, na altitude de 6 km, a pressão é de 0,47 atm.

d) quando a altitude varia de 2 km para 7 km, a pressão se reduz em 50%. CERTO. Esse é o gabarito.

Na altitude de 2km, temos a pressão $P_2 = 0,8$ atm. Já na altitude de 7km, temos a pressão $P_7 = 0,4$ atm. Logo, quando a altitude varia de 2 km para 7 km, a variação percentual na pressão é de:

$$\begin{aligned} & \frac{\text{Pressão Final} - \text{Pressão Inicial}}{\text{Pressão Inicial}} \\ &= \frac{0,4 - 0,8}{0,8} \\ &= \frac{-0,4}{0,8} \\ &= -0,5 \\ &= -50\% \end{aligned}$$

Logo, é correto afirmar que a pressão se reduz em 50%.

e) a 7 km de altitude, a pressão atmosférica é 40% menor que a pressão ao nível do mar. ERRADO.

Na altitude de 0km (nível do mar), temos a pressão $P_0 = 1 \text{ atm}$. Já na altitude de 7km, temos a pressão $P_7 = 0,4 \text{ atm}$. Logo, quando a altitude varia de 0 km para 7 km, a variação percentual na pressão é de:

$$\begin{aligned} & \frac{\text{Pressão Final} - \text{Pressão Inicial}}{\text{Pressão Inicial}} \\ &= \frac{0,4 - 1}{1} \\ &= \frac{-0,6}{1} \\ &= -0,6 \\ &= -60\% \end{aligned}$$

Portanto, a pressão a 7 km é 60% menor do que a pressão ao nível do mar.

Gabarito: D.

42. Considere o texto a seguir. "A divisão celular binária ocorre quando uma bactéria duplica o seu material genético e logo em seguida se divide, originando duas bactérias idênticas a ela. Uma bactéria, quando em condições ideais de temperatura e nutrientes, leva aproximadamente vinte minutos para completar todo o processo de divisão."

Uma cultura com 30 bactérias foi iniciada às 7 horas de certo dia em condições ideais de temperatura e nutrientes.

Utilizando a aproximação $2^{10} \approx 10^3$, a quantidade de bactérias dessa cultura às 19 horas desse dia era de aproximadamente:

- A) 2 bilhões;
- B) 20 bilhões;
- C) 200 bilhões;
- D) 2 trilhões;
- E) 20 trilhões.

Comentários:

Considere as seguintes definições:

- n = número de divisões binárias ocorridas;
- t = tempo, em minutos, desde o início da cultura;
- $N(n)$ = quantidade de bactérias após n divisões binárias; e
- N_0 = quantidade inicial de bactérias.

Sabemos que, a cada 20 minutos, ocorre uma divisão binária. Portanto, após t minutos, o número de divisões binárias será:

$$n = \frac{t}{20}$$

A cada divisão binária que ocorre, o número de bactérias dobra. Portanto, a quantidade de bactérias após n divisões binárias pode ser modelada por:

$$N(n) = N_0 \times 2^n$$

Entre 7h e 19h decorrem $19 - 7 = 12$ horas. Como $1h = 60$ min, o tempo transcorrido, em minutos, é:

$$\begin{aligned} t &= 12 \times 60 \\ &= 720 \text{ min} \end{aligned}$$

Portanto, o número de divisões binárias que ocorrem nesse intervalo de tempo é:

$$\begin{aligned} n &= \frac{720}{20} \\ n &= 36 \end{aligned}$$

A cultura de bactérias iniciou com $N_0 = 30$ bactérias. Portanto, a quantidade de bactérias após $n = 36$ divisões binárias é:

$$\begin{aligned} N(n) &= N_0 \times 2^n \\ N(36) &= 30 \times 2^{36} \end{aligned}$$

Vamos, agora, utilizar a aproximação fornecida pelo enunciado: $2^{10} \cong 10^3$. Para isso, vamos reescrever 2^{36} de modo que apareça o termo 2^{10} :

$$\begin{aligned}N(36) &= 30 \times 2^{36} \\&= 30 \times 2^{30+6} \\&= 30 \times 2^{30} \times 2^6 \\&= 30 \times 2^{30} \times 64 \\&= 1920 \times 2^{30} \\&= 1920 \times 2^{10 \times 3} \\&= 1920 \times (2^{10})^3\end{aligned}$$

Utilizando a aproximação $2^{10} \cong 10^3$, temos:

$$\begin{aligned}N(36) &\cong 1920 \times (10^3)^3 \\&\cong 1920 \times 10^{3 \times 3} \\&\cong (1920) \times 10^9 \\&\cong (1,92 \times 10^3) \times 10^9 \\&\cong 1,92 \times 10^3 \times 10^9 \\&\cong 1,92 \times 10^3 \times 10^9 \\&\cong 1,92 \times 10^{3+9} \\&\cong 1,92 \times 10^{12}\end{aligned}$$

Como 10^{12} representa um trilhão, temos aproximadamente 1,92 trilhões de bactérias. Arredondando para o inteiro mais próximo, temos aproximadamente 2 trilhões de bactérias.

Gabarito: D.

43. Do conjunto (1, 2, 3, 4, 5, 6), Joana sorteia aleatoriamente dois números diferentes e, de forma independente, Laura sorteia aleatoriamente, também, dois números diferentes. Em cada sorteio, todos os pares de números diferentes têm a mesma probabilidade de serem sorteados. A probabilidade de que elas tenham sorteado exatamente um número em comum é:

- A) $2/3$;
B) $3/5$;

- C) 5/9;
- D) 7/12;
- E) 8/15.

Comentários:

Vamos considerar que Joana tenha sorteado os 2 números diferentes. A probabilidade de Laura sortear um dos números igual ao de Joana e o outro diferente pode ser calculada pela razão entre a quantidade de resultados favoráveis e a quantidade total de resultados possíveis (definição clássica de probabilidade).

$$P = n(A)/n(U)$$

Em relação ao total de eventos possíveis, temos o sorteio de 2 números quaisquer (diferentes), dentre as 6 possibilidades. Considerando que a ordem dessa seleção não importa, utilizamos a combinação:

$$n(U) = C_{6,2} = \frac{6!}{(6-2)! \times 2!} = \frac{6 \times 5 \times 4!}{4! \times 2} = 3 \times 5 = 15$$

Em relação aos resultados favoráveis, Laura precisa sortear um dos dois números que Joana sortear - há 2 possibilidades para isso. O outro número sorteado por Laura precisa ser diferente dos dois números que Joana sortear - há 4 possibilidades para isso. Pelo princípio multiplicativo, o número de possibilidades é:

$$n(A) = 2 \times 4 = 8$$

E a probabilidade é a razão entre esses resultados:

$$P = \frac{n(A)}{n(U)} = \frac{8}{15}$$

Gabarito: E.

44. Em uma bandeja, há 11 empadas, sendo 5 de frango e as demais de palmito. Todas têm exatamente o mesmo tamanho e aparência. Sofia pega, aleatoriamente, 3 dessas empadas. A probabilidade de que as 3 empadas de Sofia tenham o mesmo recheio é de, aproximadamente:

- A) 12%;
- B) 15%;
- C) 18%;
- D) 21%;
- E) 25%.

Comentários:

Vamos calcular a probabilidade desejada pela razão entre o número de resultados favoráveis e o número total de resultados possíveis:

$$P = n(A)/n(U)$$

Para que as 3 empadas tenham o mesmo recheio, é necessário que todas sejam de frango ou todas sejam de palmito.

Sabendo que há 5 empadas de frango, o número de maneiras de selecionar as 3 empadas de frango, uma vez que a ordem da escolha não importa, é dada pela combinação:

$$C_{5,3} = \frac{5!}{(5-3)! \times 3!} = \frac{5 \times 4 \times 3!}{2! \times 3!} = 5 \times 2 = 10$$

Sabendo que há 6 empadas de palmito, o número de maneiras de selecionar as 3 empadas de palmito é a combinação:

$$C_{6,3} = \frac{6!}{(6-3)! \times 3!} = \frac{6 \times 5 \times 4 \times 3!}{3! \times 3!} = \frac{6 \times 5 \times 4}{3 \times 2} = 5 \times 4 = 20$$

Considerando-se que esses eventos são mutuamente excludentes, o número total de casos favoráveis é dado

pela soma (princípio aditivo):

$$n(A) = 10 + 20 = 30$$

E o número total de casos possíveis corresponde à escolha de 3 empadas quaisquer, dentre todas as 11:

$$n(U) = C_{11,3} = \frac{11!}{(11-3)! \times 3!} = \frac{11 \times 10 \times 9 \times 8!}{8! \times 3!} = \frac{11 \times 10 \times 9}{3 \times 2} = 11 \times 5 \times 3 = 165$$

Por fim, a probabilidade desejada é a razão entre esses resultados:

$$P = \frac{n(A)}{n(U)} = \frac{30}{165} \cong 0,18 = 18\%$$

Gabarito: C.



Estratégia
Concursos



E-book

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Bloco 9: Intermediário –
Regulação

CNU²⁰₂₅
PROVA COMENTADA

ESTRATÉGIA CONCURSOS

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

45. No contexto das reformas administrativas ocorridas no Brasil nos anos 1990, surgiram as agências reguladoras com o objetivo de assegurar a eficiência e qualidade nos setores privatizados ou concedidos à iniciativa privada. Contudo, a autonomia administrativa dessas agências frequentemente gera polêmicas quanto ao seu alcance e seus limites, especialmente no que se refere ao seu poder normativo.

Considere uma situação hipotética em que uma agência reguladora definiu novas regras tarifárias sem consulta prévia ao Poder Legislativo, o que impactou diretamente consumidores e empresas reguladas e gerou ampla discussão judicial sobre a validade dessas normas.

Em relação a esse cenário, é correto afirmar que:

- A) a agência reguladora tem autonomia para emitir normas sobre tarifas, prescindindo de autorização legislativa prévia e de observância a leis gerais do setor;
- B) a autonomia administrativa da agência não inclui o poder normativo *para* definir tarifas, que deve ser sempre detalhado em lei específica e não pode ser disciplinado por atos normativos próprios da agência;
- C) não obstante a autonomia administrativa permitir à agência regular tarifas, as normas regulatórias não podem extrapolar os limites legais estabelecidos, inclusive em hipóteses de urgência regulatória;
- D) as agências reguladoras devem submeter as decisões normativas à aprovação do Poder Executivo antes de sua publicação;
- E) o poder normativo das agências reguladoras depende de autorização judicial, podendo ser exercido mediante decisão expressa do Judiciário em cada caso.

Comentários:

A questão trata sobre o poder normativo técnico das agências reguladoras, mais especificamente, em sua atividade de regulação de tarifas.

Em relação à capacidade técnica, são pessoas jurídicas com poder de editar atos normativos e normas técnicas com a premissa da especialização temática em determinados nichos de mercado ou temas considerados estratégicos para o Estado (transportes, energia, águas, aviação civil, vigilância sanitária, etc), que se tornam setores regulados.

Trata-se do fenômeno jurídico denominado de deslegalização ou deslegificação, ou seja, a Lei que criou a agência reguladora lhe conferiu poderes específicos para edição de atos normativos técnicos em determinado ramo da economia no qual ela exerce a atividade regulatória, limitado sempre ao que estiver previsto em lei.

Vamos esmiuçar cada alternativa para consolidar o entendimento:

(A) Incorreta. Embora as **agências reguladoras** possuam **autonomia administrativa, financeira e técnica**, bem como **poder normativo**, esse poder **não é absoluto nem ilimitado**. Ele decorre do **princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF)** e deve estar sempre **vinculado à lei que instituiu o setor regulado**. As agências podem editar **normas técnicas e complementares**, mas **não podem inovar no ordenamento jurídico** criando regras sem amparo legal. O **STF** já reconheceu que as agências têm **poder regulamentar secundário**, ou seja, podem detalhar e operacionalizar o conteúdo das leis (ADI 1.668/DF e ADI 1.922/DF), mas **não podem criar normas primárias** como as que definem tarifas sem base legal ou sem observância das diretrizes estabelecidas pelo Poder Legislativo. Assim, a agência não pode “prescindir de autorização legislativa prévia” nem afastar-se das leis gerais do setor.

(B) Incorreta. A alternativa exagera na limitação do poder normativo. É verdade que **as agências não podem criar normas originárias**, mas o **poder normativo é inerente à função regulatória**, desde que exercido **dentro dos limites legais**. A **Lei nº 9.427/1996 (ANEEL)** e a **Lei nº 9.472/1997 (Anatel)**, por exemplo, conferem expressamente competência para **disciplinar tarifas e padrões de prestação de serviços**, conforme diretrizes fixadas em lei. Portanto, não se exige uma “lei específica” para cada definição de tarifa, bastando que haja **previsão legal genérica e parâmetros legislativos**. O **STF**, ao julgar a **ADI 1.668/DF**, firmou que as agências podem exercer poder normativo técnico “**no âmbito da lei e para sua fiel execução**”. Assim, é incorreto afirmar que toda disciplina tarifária deve vir diretamente da lei sem possibilidade de regulamentação pela agência.

(C) Correta. Nosso **gabarito**. O **poder normativo das agências reguladoras** é reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência, mas **deve ser exercido dentro dos limites legais e sob o princípio da legalidade**. As agências podem editar normas para **regulamentar tarifas, padrões técnicos e procedimentos**, porém **não podem inovar na ordem jurídica nem extrapolar as diretrizes legais**. Mesmo em situações de urgência regulatória, a atuação deve respeitar os parâmetros da lei e os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade e motivação dos atos**

administrativos. O STF, em diversos precedentes (ADI 1.668/DF, ADI 1.922/DF e RE 633.782/CE), assentou que o poder normativo das agências **é derivado e condicionado**, servindo para garantir a **eficiência, continuidade e equilíbrio das relações reguladas**, mas **sem substituir o papel legislativo do Congresso Nacional**. Assim, a agência pode definir regras tarifárias **com base na lei setorial**, mas **não pode ultrapassar os limites do marco legal**.

(D) Incorreta. A alternativa está **errada**, pois as **agências reguladoras** têm **autonomia administrativa e decisória** — inclusive para **editar e publicar suas próprias normas técnicas** —, e não precisam submeter previamente suas decisões ao Poder Executivo. Essa independência está prevista, por exemplo, no **art. 3º da Lei nº 9.986/2000**, que dispõe sobre a gestão das agências reguladoras federais, garantindo-lhes **autonomia decisória**. O **controle exercido pelo Executivo é finalístico, não hierárquico**, ou seja, o ministério supervisor pode acompanhar e avaliar as políticas públicas do setor, mas **não pode vetar previamente atos normativos da agência**. Assim, a submissão à aprovação do Executivo **violaria a autonomia técnica e administrativa** que caracteriza o modelo regulatório brasileiro.

(E) Incorreta. A alternativa é **manifestamente incorreta**, pois o **poder normativo das agências reguladoras não depende de autorização judicial**. O exercício desse poder decorre diretamente da **lei de criação de cada agência**, que lhe confere competência regulatória no setor correspondente. O **Judiciário atua de forma reativa**, controlando eventuais abusos ou ilegalidades, mas **não autoriza previamente o exercício da função regulatória**. Essa alternativa contraria frontalmente os princípios da **separação dos poderes (art. 2º da CF)** e da **autonomia administrativa** assegurada às agências por leis específicas (ex.: **Lei nº 9.472/1997 – art. 19, IX, da Anatel**).

Gabarito: C.

46. Com o avanço de atividades industriais em áreas rurais, um município passou a enfrentar impactos simultâneos: de um lado, houve geração de empregos e aumento de arrecadação (externalidades positivas); de outro, a instalação de fábricas trouxe poluição atmosférica e contaminação de mananciais (externalidades negativas). O governo municipal, pressionado por empresários e movimentos sociais, precisa definir se prioriza incentivos econômicos ou medidas regulatórias mais rígidas. Em audiência pública, dois pareceres técnicos divergentes foram apresentados: um defendendo que apenas externalidades negativas devem motivar intervenção regulatória, e outro propondo que ganhos e prejuízos sejam ponderados conjuntamente.

Com base nos conceitos de regulação econômica e social e no tratamento de externalidades, é correto afirmar que:

- A) o parecer que propõe considerar conjuntamente os impactos positivos e negativos está alinhado ao entendimento de que a regulação social deve ser acionada exclusivamente para corrigir danos ambientais, sem afetar incentivos econômicos legítimos;
- B) a divergência entre os pareceres é irrelevante para a decisão regulatória, já que o crescimento econômico, por si só, legitima a continuidade das atividades produtivas, sendo a proteção ambiental competência exclusiva dos órgãos estaduais;
- C) a posição que sugere manter os incentivos econômicos e postergar a regulação ambiental se justifica, já que a geração de empregos e arrecadação neutraliza, no médio prazo, os efeitos típicos de falhas de mercado;
- D) o parecer que propõe considerar apenas os impactos negativos está correto, uma vez que externalidades positivas, por representarem benefícios naturais ao município, não podem ser levadas em conta no planejamento regulatório, cabendo assim intervenção estatal apenas sobre externalidades negativas;
- E) o parecer que propõe considerar conjuntamente externalidades positivas e negativas expressa uma visão compatível com o papel regulador do Estado, que deve ponderar benefícios econômicos e custos sociais em sua intervenção.

Comentários:

Trata-se de questão inerente às falhas de mercado, mais especificamente, às externalidades. Em relação às externalidades, elas referem-se a efeitos indiretos que as ações de um agente econômico têm sobre terceiros, sem que esses efeitos sejam refletidos nos preços de mercado, podendo ser positivas ou negativas.

As externalidades são falhas de mercado. Elas ocorrem quando os custos ou benefícios de uma atividade econômica não são totalmente internalizados pelos agentes envolvidos. Por exemplo, a poluição gerada por uma fábrica é um custo que pode afetar terceiros não diretamente envolvidos na transação econômica. O governo pode intervir por meio de tributação (para desincentivar atividades com externalidades negativas) ou subsídios (para incentivar aquelas com externalidades positivas).

As negativas são os custos impostos a terceiros sem compensação, como a poluição gerada por uma fábrica, que

afeta a saúde pública e o meio ambiente, sem que a empresa pague por isso. Outro exemplo seria o barulho excessivo gerado por um estabelecimento comercial que impacta os vizinhos.

Em relação às externalidades positivas, temos os benefícios indiretos gerados para terceiros. Por exemplo, uma pessoa que planta uma árvore em seu quintal pode aumentar o valor estético e ambiental de toda a vizinhança sem que seja paga por isso. Outro exemplo seria uma pessoa que investe em sua educação e, como resultado, contribui para o aumento da produtividade e inovação de toda a sociedade.

Uma externalidade positiva ocorre quando uma atividade beneficia terceiros (ex.: vacinação), enquanto uma negativa ocorre quando causa prejuízo a terceiros (ex.: poluição). O mercado, em sua falha, não precifica esses efeitos; logo, cabe a gestores públicos intervir para corrigir essas falhas, por exemplo, através de impostos ou subsídios.

Dito isso, cabe ao Estado ponderar conjuntamente os efeitos positivos e negativos ao decidir se e como intervir. Essa análise de custo-benefício é essencial para garantir eficiência alocativa e equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção social/ambiental.

Gabarito: E.

47. Uma agência reguladora estadual adotou, como diretriz permanente de fiscalização, a aplicação imediata e padronizada de sanções severas a qualquer descumprimento contratual pelas concessionárias de transporte coletivo, independentemente da gravidade da infração, do histórico da empresa ou da existência de justificativas operacionais. A estratégia foi justificada pela agência como necessária para garantir o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas. Considerando as boas práticas, é correto afirmar que a abordagem da agência em questão foi:

- A)** correta, pois a regulação responsiva recomenda que multas severas sejam aplicadas de imediato e de forma padronizada, garantindo efeito dissuasório rápido;
- B)** incorreta, pois a adoção de sanções automáticas e graves, sem avaliação do contexto ou do histórico da concessionária, contraria os princípios da regulação responsiva, que recomenda respostas proporcionais,

graduais e orientadas ao diálogo inicial;

- C) incorreta, pois a regulação responsiva exige que orientações educativas e preventivas sejam aplicadas indefinidamente, ainda que as empresas persistam em descumprir obrigações, devendo a agência evitar medidas punitivas para não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- D) correta, porque o rigor punitivo sistemático demonstra comprometimento da agência com o interesse público e com a integridade contratual, sendo preferível a abordagens excessivamente tolerantes ou interpretativas;
- E) incorreta, já que a regulação responsiva proíbe a adesão voluntária dos agentes regulados, de modo a preservar o *ambiente* cooperativo entre regulador e regulado.

Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre a regulação responsiva. Em suma, um modelo de fiscalização/regulação em que se busca, ao invés de aplicar somente sanções aos regulados, permitir que os regulados passem a atuar consoante as regras e regulamentos de forma mais eficaz, utilizando uma combinação de ações educativas, preventivas e corretivas, em vez de depender exclusivamente de sanções.

Ao invés de simplesmente punir infrações, a fiscalização responsiva busca entender as causas da não conformidade e trabalhar em conjunto com os fiscalizados para corrigir isso.

A regulação responsiva baseia-se em proporcionalidade, diálogo e gradualismo. A autoridade reguladora deve avaliar o contexto e o comportamento do agente regulado antes de punir, aplicando sanções de forma progressiva e contextualizada.

A fiscalização responsiva marca a importância de ações educativas e preventivas para evitar a ocorrência de infrações, buscando esclarecer as regras e orientar os fiscalizados sobre como cumpri-las.

Em suma, é aplicar sanções de maneira inteligente e em conversa com o ente regulado. Trata-se do uso inteligente e racional das sanções considerando a gravidade e o histórico do infrator, entre outros parâmetros.

Gabarito: B.

48. Uma agência reguladora do setor de telecomunicações aplicou penalidades severas a várias operadoras por descumprimento de metas de atendimento ao consumidor. As empresas autuadas recorreram administrativamente, alegando que os critérios para aplicação das multas não estavam claramente previstos em regulamento, mas apenas em notas técnicas internas, divulgadas após a autuação. Em resposta, a agência argumentou que havia base legal genérica para sancionar infrações e que a divulgação prévia dos critérios poderia comprometer a efetividade da fiscalização, já que as empresas poderiam ajustar artificialmente indicadores apenas para evitar penalidades. Considerando as normas que regem a atuação das agências reguladoras, a resposta da agência foi:

- A)** correta, pois o processo administrativo sancionador pode se basear em notas técnicas internas desde que haja base legal genérica para aplicação de penalidades, ainda que os critérios específicos não tenham sido previamente divulgados às empresas reguladas;
- B)** incorreta, pois o processo administrativo sancionador depende da aprovação judicial prévia dos critérios de sanção, sendo inviável a aplicação de multas sem decisão do Judiciário;
- C)** correta, pois a natureza punitiva e preventiva das multas permite que a agência adote critérios de aplicação não previamente divulgados, de forma a evitar que as operadoras manipulem indicadores para escapar das penalidades;
- D)** incorreta, pois o processo administrativo sancionador exige a publicidade e a clareza prévia dos critérios de sanção, sendo inválida a autuação com base em parâmetros não previamente divulgados, como ocorreu na situação descrita;
- E)** correta, pois, mesmo sem regulamento específico, o conhecimento informal das práticas adotadas pela agência em fiscalizações anteriores já seria suficiente para justificar a aplicação das penalidades.

Comentários:

A presente questão trata da legalidade e da publicidade dos atos administrativos sancionadores das agências reguladoras, com foco na exigência de normatização prévia, transparência e devido processo legal.

Vamos analisar cada alternativa:

(A) A alternativa está incorreta, pois o processo administrativo sancionador não pode se basear apenas em notas

técnicas internas não publicadas. O princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF) e o princípio da publicidade (art. 37, caput, e art. 5º, XXXIII, da CF) exigem que as regras e critérios de aplicação de sanções sejam previamente definidos e de conhecimento público. A Lei nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal) determina que os atos administrativos devem ser motivados (art. 50) e transparentes (art. 2º, p. único, V), com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos. Assim, a mera existência de “base legal genérica” não autoriza a aplicação de penalidades com base em critérios internos, não regulamentados e desconhecidos dos administrados, sob pena de violação ao devido processo legal substantivo e à segurança jurídica (art. 5º, LIV e XXXVI, da CF).

(B) Essa alternativa também está errada, pois o processo administrativo sancionador não depende de aprovação judicial prévia. O poder de polícia das agências reguladoras — decorrente da função administrativa do Estado (art. 78 do CTN) — confere-lhes competência para fiscalizar, apurar infrações e aplicar penalidades diretamente, sem a necessidade de autorização judicial. O controle do Judiciário é a posteriori, mediante provocação do administrado, mas não é condição prévia para a imposição de sanções. Logo, a alegação de “aprovação judicial” prévia carece de base legal e fere o princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF).

(C) A alternativa está incorreta, pois, ainda que o objetivo das multas seja punitivo e preventivo, não se admite a aplicação de penalidades com base em critérios ocultos ou não divulgados. A função preventiva da sanção administrativa não dispensa a observância dos princípios da legalidade, transparência e publicidade sob pena de tornar o exercício do poder sancionador arbitrário. O STF e o STJ têm decidido reiteradamente que a Administração só pode punir condutas previamente tipificadas em lei ou regulamento (STJ, REsp 1.111.304/RS, Rel. Min. Herman Benjamin). Portanto, a justificativa de que a divulgação dos critérios prejudicaria a fiscalização não é juridicamente válida — a regulação e a punição devem ser previsíveis e acessíveis aos administrados.

(D) Eis o nosso gabarito. O processo administrativo sancionador exige prévia definição e publicidade dos critérios de sanção sob pena de nulidade do ato punitivo. O art. 2º, caput, da Lei nº 9.784/1999 impõe os princípios da legalidade, publicidade, motivação e segurança jurídica, e o art. 50 reforça que a decisão administrativa deve estar fundamentada em norma publicada e acessível. Ademais, o art. 37 da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o que inclui a transparência dos parâmetros de fiscalização e penalização. O STF, em casos envolvendo a Anatel e outras agências, já decidiu que a aplicação de sanções sem norma previamente publicada viola o devido processo legal (RE 603.583/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes). Assim, as notas técnicas internas editadas e divulgadas apenas após a autuação não podem servir de base para multas, pois não atendem ao requisito da publicidade prévia.

(E) A alternativa está manifestamente incorreta. O “conhecimento informal” de práticas administrativas não

substitui a necessidade de norma formal, clara e publicada. O princípio da segurança jurídica (art. 2º, caput, da Lei nº 9.784/1999) e o princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF) exigem que as regras estejam previamente positivadas e acessíveis a todos os regulados. A ideia de que a experiência prática ou “costume administrativo” possa justificar sanções viola o devido processo legal e o princípio da tipicidade administrativa. A aplicação de penalidades deve sempre decorrer de ato normativo válido, anterior e publicado, não de práticas internas.

Gabarito: D.

49. Uma agência reguladora estadual, responsável por fiscalizar concessões de rodovias, editou norma exigindo que todas as concessionárias implementassem planos de gerenciamento de risco para monitorar eventos como desastres naturais, acidentes graves e variações abruptas na demanda. Durante a primeira rodada de fiscalização, verificou-se que muitas concessionárias apresentaram relatórios superficiais, com cenários genéricos e sem planos de resposta claros, alegando que a norma era excessivamente detalhada e de difícil execução. Em contrapartida, o corpo técnico da agência defendia que a padronização e a complexidade dos procedimentos eram essenciais para garantir previsibilidade e evitar prejuízos futuros ao Estado e aos usuários, mesmo que com aumento de custos e burocracia para as empresas. Após consultas públicas e reuniões com o setor regulado, discutiu-se se o mais adequado seria flexibilizar algumas exigências para aumentar a adesão ou manter a rigidez normativa para preservar a integridade do sistema de gestão de riscos. Com base nas boas práticas de análise e gerenciamento de risco em contextos regulatórios, é correto afirmar que:

- A)** um sistema de gerenciamento de risco eficaz deve conciliar rigor técnico com adaptabilidade, permitindo ajustar as exigências aos diferentes portes e capacidades das concessionárias, mesmo que, porventura, admita manter algum nível residual de risco para maximizar o bem-estar social;
- B)** um sistema de gerenciamento de risco eficaz depende da manutenção de regras uniformes e detalhadas, pois flexibilizações reduzem a confiabilidade dos resultados e comprometem a segurança regulatória;
- C)** um sistema de gerenciamento de risco é válido sempre que as concessionárias apresentem relatórios formais, ainda que genéricos, desde que sigam os modelos padronizados exigidos pela agência reguladora;
- D)** a efetividade do gerenciamento de risco está vinculada à adoção de metodologias complexas e padronizadas,

mesmo que isso inviabilize economicamente pequenas concessionárias;

- E) planos de gerenciamento de risco podem dispensar detalhamento técnico nos casos em que a concessionária apresenta histórico de baixo risco, sendo suficiente uma declaração formal de conformidade para atender às normas.

Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre gerenciamento de risco e equilíbrio entre rigor técnico e flexibilidade regulatória. Nessa linha, a assertiva correta é a letra A. Isso porque, num sistema correto de gestão de risco, cabe o rigor técnico, a ser implementado com certa permeabilidade, de acordo com as necessidades do caso concreto.

A melhor forma de se gerir o risco é justamente através da permeabilidade e adaptabilidade a uma situação concreta, ainda que haja um nível residual de risco para maximizar o bem estar social.

Gabarito: A.

50. Um estado criou uma agência reguladora para o setor de telecomunicações com o intuito de reduzir problemas derivados da assimetria de informação entre consumidores e operadoras. Após algum tempo de atuação, notou-se que a agência se dedicava predominantemente a fiscalizar os grandes operadores, negligenciando empresas menores e prestadores locais, que também apresentavam problemas frequentes de qualidade de serviço e atendimento aos usuários. Considerando os princípios das boas práticas de fiscalização, é correto afirmar que a agência em questão:

- A) acerta ao despender seus esforços na fiscalização de grandes operadores, pois estes têm maior impacto econômico no setor regulado;
- B) deveria dar tratamento homogêneo a todas as empresas, independentemente do porte ou risco regulatório apresentado;
- C) deveria realizar fiscalização depois da formalização de denúncias por parte dos consumidores, já que não são

cabíveis ações fiscalizatórias preventivas;

- D) deveria priorizar ações baseadas no nível de risco regulatório, abrangendo todos os operadores, ainda que de maneira distinta, conforme relevância e impacto;
- E) deveria concentrar suas ações em metas quantitativas anuais de fiscalização, priorizando o volume de fiscalizações realizadas, ainda que concentradas em um único segmento do mercado regulado.

Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre a boa prática fiscalizatória em uma agência reguladora. Lembre-se de que as boas práticas fiscalizatórias remetem, inclusive, ao conceito de risco regulatório.

Quando falamos em risco regulatório, falamos em regulação baseada em todos os agentes de mercado, de forma correspondente a sua grandeza, relevância e impacto naquele setor da economia.

Analisemos as alternativas.

(A) A alternativa está **incorreta**, pois, embora os grandes operadores de telecomunicações tenham maior impacto econômico, a **fiscalização regulatória não pode ser seletiva ou concentrada em apenas um grupo de agentes** sob pena de violar o **princípio da isonomia (art. 37, caput, da CF)** e os **princípios da impessoalidade e da eficiência**. A **Lei nº 13.848/2019 (Lei das Agências Reguladoras)**, em seu **art. 4º**, determina que a atuação das agências deve ser **orientada ao interesse público**, devendo **assegurar tratamento isonômico aos agentes econômicos**. Ademais, as **boas práticas de fiscalização regulatória** indicam que o foco deve estar **no risco e na materialidade das infrações**, não apenas no tamanho econômico do agente. Logo, a concentração em grandes operadores com negligência dos pequenos representa **má alocação de esforços fiscalizatórios**.

(B) Essa alternativa também está **errada**, pois a agência **não deve tratar de forma idêntica todos os regulados**, mas sim **de modo proporcional, baseada no risco regulatório** que cada um representa. O **princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF)** e as **diretrizes de fiscalização orientada a risco**, previstas em guias da **OCDE (2014, “Regulatory Enforcement and Inspections”)** e nas orientações da **CGU e do TCU**, determinam que o poder de polícia administrativa deve priorizar **as situações de maior risco, impacto e relevância social**. Tratar todos de modo igual — sem considerar porte, reincidência, alcance ou histórico de não conformidade — seria **ineficiente** e **contrário ao princípio da proporcionalidade**, comprometendo o alcance dos objetivos regulatórios.

(C) A alternativa está **incorreta**, pois a **fiscalização preventiva** é uma das principais funções das agências reguladoras. A **Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações)**, em seu **art. 19, incisos IV, V e IX**, confere à **Anatel** competência para **expedir normas e fiscalizar preventivamente a prestação dos serviços**, garantindo sua continuidade e qualidade. A atuação reativa — apenas após denúncias — é contrária à **função regulatória moderna**, que deve **antecipar riscos e prevenir falhas**. O modelo de fiscalização preventiva é, inclusive, reforçado pelo **art. 3º, § 3º, da Lei nº 13.848/2019**, que prevê que as agências devem adotar práticas de gestão de riscos. Assim, restringir a atuação à fase posterior às denúncias **contraria a lei e as boas práticas de governança regulatória**.

(D) A alternativa está **correta**. De acordo com as **boas práticas internacionais e nacionais de fiscalização regulatória**, a agência deve **planejar suas ações com base em critérios de risco regulatório**, avaliando **probabilidade de ocorrência e gravidade do impacto**. Esse modelo é conhecido como **“fiscalização baseada em risco” (risk-based regulation)** e busca **alocar recursos de forma estratégica**, concentrando esforços onde o risco de dano aos usuários ou ao mercado é maior, **sem excluir totalmente os agentes de menor porte**. As agências devem **planejar suas atividades com base em evidências, transparência e análise de impacto regulatório**. Assim, a fiscalização deve abranger **todos os operadores**, mas **de forma proporcional ao risco e relevância**, combinando ações preventivas e corretivas. Esse modelo é o mais compatível com os princípios da **eficiência, impessoalidade e razoabilidade**, previstos no **art. 37 da CF**, e com o dever de **proteção do interesse público e do consumidor** (art. 6º, CDC).

(E) A alternativa está **incorreta**, pois **medir a eficiência fiscalizatória apenas pelo número de ações realizadas** (metas quantitativas) **não reflete a efetividade regulatória**. O **modelo de gestão por resultados**, adotado nas boas práticas regulatórias, prioriza **impacto e efetividade**, não volume. A atuação das agências deve ser **voltada à melhoria contínua da qualidade regulatória**, com base em **resultados e evidências**, não em metas numéricas isoladas. Concentrar esforços em um único segmento apenas para atingir volume de fiscalizações **deturpa o foco do controle e fere o princípio da eficiência**. A qualidade da fiscalização deve ser medida pela **redução de riscos e pela melhoria do serviço ao usuário**, não pelo número de atuações.

Gabarito: D.

51. Uma agência reguladora concluiu, em 5 de maio, uma audiência pública para discutir a metodologia de cálculo de tarifas em serviços de saneamento. O relatório consolidado, com mais de 180 páginas de dados técnicos, manifestações e notas de especialistas, deveria ser divulgado para acesso público.

Parte da equipe técnica, alegando a necessidade de compatibilizar informações de impacto econômico com estudos adicionais ainda em curso, defendeu que a publicação poderia ser adiada até a finalização de todas as análises, para evitar a divulgação de um documento incompleto. Por outro lado, o conselho diretor argumentou que a legislação aplicável estabelece prazo específico e limitado para a disponibilização, restringindo as hipóteses de prorrogação. Nesse contexto, é correto afirmar que o relatório:

- A) deve ser sempre disponibilizado em até 30 dias corridos, podendo ser prorrogado sucessivamente, sem limite, desde que haja justificativa técnica formal aprovada pela diretoria da agência;
- B) pode ser divulgado somente após a conclusão de todas as análises econômicas e técnicas complementares e, se necessário, apenas junto com a publicação da decisão final da agência, para evitar interpretações prematuras que prejudiquem o processo regulatório;
- C) deve ser disponibilizado na sede e no site da agência em até 30 dias úteis após o encerramento da audiência, admitindo uma única prorrogação, por igual período, mediante justificativa e apenas quando a complexidade do conteúdo exigir;
- D) deve ser divulgado em data definida pelo conselho diretor, que pode prorrogar o prazo quantas vezes considerar necessário, desde que haja motivação formal documentada;
- E) deve ser publicado apenas se essa obrigação constar do edital da audiência; caso contrário, cabe à agência decidir se o disponibiliza, conforme a conveniência administrativa.

Comentários:

Trata-se de questão que repete a literalidade da lei de nº 13.848/2019.

Lembre-se de que a audiência pública é uma forma de trazer a opinião da sociedade sobre temas relevantes para regulação.

Nesse sentido, dispõe o art. 10 da Lei 13.848/2019 que:

Art. 10. A agência reguladora, por decisão colegiada, poderá convocar audiência pública para formação de juízo e tomada de decisão sobre matéria considerada relevante.

Em relação ao relatório da audiência pública, dispõe o art. 12:

Art. 12. Os relatórios da audiência pública e de outros meios de participação de interessados nas decisões a que se referem os arts. 10 e 11 deverão ser disponibilizados na sede da agência e no respectivo sítio na internet em até 30 (trinta) dias úteis após o seu encerramento.

Parágrafo único. Em casos de grande complexidade, o prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado por igual período, justificadamente, uma única vez.

Assim, gabarito C.

Gabarito: C.

52. Uma agência reguladora anunciou uma ampla revisão de sua atuação normativa, revogando resoluções que tratavam de padrões mínimos de desempenho e transferindo às empresas reguladas a responsabilidade de definir parâmetros internos, desde que apresentassem relatórios anuais de conformidade ao órgão regulador. A justificativa institucional foi a de que a desregulação sempre induz eficiência e reduz custos, já que a competição natural entre empresas levaria, de forma espontânea, à manutenção de padrões elevados de qualidade. Diversos conselhos de usuários e órgãos de defesa coletiva, contudo, alertaram para riscos potenciais de degradação de serviços e enfraquecimento da capacidade fiscalizatória do Estado, especialmente em mercados de alta concentração ou baixa contestabilidade. Considerando o conceito de desregulação e seus limites, é correto afirmar que a desregulação:

- A) pode gerar ganhos de eficiência em mercados efetivamente competitivos, mas tende a comprometer a proteção aos usuários e a dificultar a fiscalização, ainda que haja relatórios periódicos;
- B) é positiva em qualquer contexto, pois a autorregulação empresarial garante padrões adequados, desde que haja entrega de relatórios anuais de conformidade às autoridades;
- C) deve ser aplicada sempre que existirem mecanismos de autorregulação formalizados, pois a concorrência torna a regulação estatal desnecessária;
- D) pode ser aplicada em setores onde as tarifas ou preços são controlados, já que o equilíbrio econômico-financeiro assegura a proteção do usuário;
- E) é legítima quando for precedida de decreto legislativo que autorize expressamente a revogação integral de normas técnicas do setor, ainda que isso inviabilize a adaptação gradual dos regulados.

Comentários:

Trata-se de uma questão sobre desregulação. Em relação à desregulação, temos a situação em que o Estado efetivamente exerce o poder regulatório de forma inadequada causando prejuízo a determinado nicho econômico, ou mesmo, realiza em excesso a regulação.

Pela desregulação, temos a constatação que o custo regulatório se tornou demasiadamente excessivo, passando a termos um abandono gradativo da heterorregulação. Sobre o custo regulatório, temos a estimativa dos custos, diretos e indiretos, identificados com o emprego da metodologia específica escolhida para o caso concreto, que

possam vir a ser incorridos pelos agentes econômicos, pelos usuários dos serviços prestados e, se for o caso, por outros órgãos ou entidades públicos para estar em conformidade com as novas exigências e obrigações a serem estabelecidas pelo órgão ou pela entidade competente, além dos custos que devam ser incorridos pelo órgão ou pela entidade competente para monitorar e fiscalizar o cumprimento dessas novas exigências e obrigações por parte dos agentes econômicos e dos usuários dos serviços prestados. Quando excessivos, é necessária a retirada de parte do conteúdo regulatório em excesso, a chamada desregulação.

Logo, pela desregulação, temos a situação de abandono gradativo da heterorregulação em razão de políticas públicas incorretas praticadas pelo Estado no âmbito de seu poder regulatório.

Em contrapartida, com o abandono gradativo da regulação, há a possibilidade de comprometimento da proteção aos usuários e a dificuldade na fiscalização, ainda que haja relatórios periódicos que considerem que o modelo regulatório original foi abandonado.

Gabarito: A.

53. As falhas de mercado constituem um dos principais fundamentos para a atuação do Estado na regulação econômica e social. Uma dessas falhas ocorre quando há barreiras de entrada, que dificultam o acesso de novos concorrentes a determinado setor, podendo comprometer a eficiência e a competitividade do mercado. É uma barreira de entrada típica em mercados regulados:

- A)** a exigência de concessão pública com requisitos técnicos e financeiros prévios, estabelecida em lei setorial;
- B)** a previsão de livre concorrência com entrada automática de novos agentes por meio de comunicação prévia ao regulador;
- C)** a substituição de licenças por autorizações autoexecutáveis com base em classificação de risco regulatório;
- D)** a adoção de padrões técnicos harmonizados internacionalmente, de observância voluntária;
- E)** a redução de assimetrias informacionais mediante plataformas públicas de transparência de preços e indicadores.

Comentários:

As barreiras de entrada nada mais são do que um tipo clássico de falha de mercado. Elas dificultam ou impedem a entrada de novas empresas em um setor, reduzindo a concorrência, e podem levar a ineficiências econômicas ou ao abuso de poder de mercado.

A única alternativa que traz pré-requisitos para o ingresso de um agente econômico no mercado é a exigência de concessão pública com requisitos específicos, o que de pronto elimina diversos concorrentes.

Gabarito: A.

54. Uma agência reguladora do setor de transportes editou norma que delegava competências fiscalizatórias e sancionatórias para um órgão estadual, a fim de ampliar a capacidade de monitoramento local. O acordo previa repasse de parte das receitas de fiscalização e autonomia operacional ao órgão estadual, mas também autorizava que este criasse obrigações adicionais não previstas em contrato, desde que justificadas como necessárias para garantir a segurança dos usuários. A medida foi contestada judicialmente por concessionárias, que alegaram violação às regras de atuação das agências reguladoras. À luz das normas aplicáveis às agências e das boas práticas de delegação, é correto afirmar que a delegação de competências fiscalizatórias:

- A)** é possível, desde que o órgão estadual possua estrutura compatível e autonomia, mas não pode criar obrigações não previstas em contrato, devendo o órgão estadual atuar estritamente conforme as normas e diretrizes da agência delegante;
- B)** é válida apenas se o órgão estadual assumir integralmente a instância recursal e atuar como substituto da agência federal, de modo a evitar sobreposição de decisões administrativas;
- C)** pode incluir a criação de obrigações adicionais pelo órgão estadual, desde que haja justificativa formal e registro no acordo de cooperação, mesmo que não previstas em contrato original;
- D)** é proibida pelas normas que regem as agências, mesmo com convênio formal e órgão estadual aparelhado, devendo a agência federal atuar diretamente em todas as fiscalizações;

- E) é válida sempre que prevista em contrato de concessão, mesmo que o órgão estadual não tenha regime jurídico compatível.

Comentários:

Trata-se de questão que requer o conhecimento prévio da Lei de nº 13.848/2019. Um primeiro ponto que deve ser explicitado é que o legislador tomou o devido cuidado ao não desrespeitar o princípio federativo. É que, numa federação, existem competências determinadas constitucionalmente para cada ente para que não seja possível a violação das regras constitucionais.

Nessa linha, é possível, mediante acordo entre as agências, promover a articulação de suas atividades com as de agências reguladoras ou órgãos de regulação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de competência, implementando, a seu critério e mediante acordo de cooperação, a descentralização de suas atividades fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, exceto quanto a atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), que observarão o disposto em legislação própria.

Vejamos os art. 34, da respectiva Lei:

Art. 34. As agências reguladoras de que trata esta Lei poderão promover a articulação de suas atividades com as de agências reguladoras ou órgãos de regulação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de competência, implementando, a seu critério e mediante acordo de cooperação, a descentralização de suas atividades fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, exceto quanto a atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), que observarão o disposto em legislação própria.

(...)

§ 2º A descentralização de que trata o caput será instituída desde que a agência reguladora ou o órgão de regulação da unidade federativa interessada possua serviços técnicos e administrativos competentes devidamente organizados e aparelhados para a execução das respectivas atividades, conforme condições estabelecidas em regimento interno da agência reguladora federal.

Logo, é possível, desde que o órgão estadual possua estrutura compatível e autonomia, mas não pode criar obrigações não previstas em contrato, devendo o órgão estadual atuar estritamente conforme as normas e diretrizes da agência delegante.

Gabarito: A.

55. Durante a elaboração do relatório anual de atividades, uma agência reguladora questionou se seria obrigatório incluir informações sobre o cumprimento do plano estratégico e do plano de gestão anual, ou se poderia incluir no documento apenas as ações de maior visibilidade institucional e os resultados financeiros, para simplificar a prestação de contas. Alguns dirigentes argumentaram que a inclusão detalhada dos planos seria facultativa, já que essas informações já são enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Com base nas normas aplicáveis às agências reguladoras e seus deveres de prestação de contas, é correto afirmar que o relatório anual de atividades:

- A)** pode se ater a um sumário das principais ações e resultados financeiros, sendo facultativa a inclusão das metas e resultados relacionados ao plano estratégico e ao plano de gestão anual, pois essas informações já são prestadas ao TCU;
- B)** deve destacar o cumprimento da política setorial, bem como do plano estratégico e do plano de gestão anual, incluindo metas, ações e resultados, mesmo que essas informações já sejam enviadas a outros órgãos;
- C)** pode omitir informações sobre o plano estratégico desde que estas constem do relatório de gestão da prestação de contas, sendo necessária, porém, a divulgação de resultados operacionais e financeiros relevantes;
- D)** deverá ter seu conteúdo definido pelo conselho diretor, uma vez que as normas referentes à atuação das agências não impõem conteúdo específico sobre planos ou metas;
- E)** precisa conter o cumprimento de planos e metas se houver recomendação formal do Congresso Nacional ou do TCU em exercício anterior.

Comentários:

Trata-se de questão que requer o conhecimento prévio da Lei de nº 13.848/2019. Perceba que estão as agências obrigadas a elaborarem relatórios e planos específicos atendendo a finalidade de suas atividades. Nessa linha, cabe às agências editarem relatório anual circunstanciado de suas atividades, destacando o cumprimento da política do setor, definida pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Além disso, deverá editar os seguintes planos bem definidos pela legislação: 1) de comunicação; 2) estratégico; 3) de gestão anual. Deverá, também, editar a agenda regulatória.

Vejamos o dispositivo:

Art. 15. Agência reguladora deverá elaborar relatório anual circunstanciado de suas atividades, no qual destacará o cumprimento da política do setor, definida pelos Poderes Legislativo e Executivo, e o cumprimento dos seguintes planos:

I - plano estratégico vigente, previsto no art. 17 desta Lei;

II - plano de gestão anual, previsto no art. 18 desta Lei.

Logo, deve destacar o cumprimento da política setorial, bem como do plano estratégico e do plano de gestão anual, incluindo metas, ações e resultados, mesmo que essas informações já sejam enviadas a outros órgãos.

Gabarito: B.

56. A regulação pode envolver diferentes estratégias, desde a intervenção direta do Estado até o incentivo à autorregulação dos próprios agentes do setor. Em determinadas situações, a autorregulação pode ser estimulada como forma de aprimorar práticas de mercado sem a necessidade de imposição estatal rígida. Um exemplo de autorregulação é a:

- A) emissão de portaria ministerial;
- B) criação de código de conduta por entidade de classe;
- C) determinação de padrão técnico por agência reguladora;
- D) edição de regimento interno de integridade por empresa regulada;
- E) adoção de parâmetros da Organização Internacional de Normalização (ISO).

Comentários:

Trata-se de questão sobre a autorregulação, que pede para encaixar em que situação teríamos uma própria entidade regulando sua atividade.

Na autorregulação, temos o próprio mercado garantindo o respeito aos princípios estipulados no texto constitucional, mais especificamente, no capítulo que trata da ordem econômica. Nessa situação, toda a condução de cada nicho econômico é independente e se dá pelo uso de mecanismos de mercado praticados pelos próprios agentes econômicos. Não há aqui qualquer intervenção estatal, já que o mercado é autônomo.

Nesse caso, os próprios agentes econômicos ou representantes do setor elaboram regras, padrões e mecanismos de controle de conduta, **sem imposição direta do Estado**, embora **possam atuar sob supervisão regulatória**. Assim, a única correta é a letra B.

Gabarito: B.

57. As boas práticas regulatórias envolvem, entre outros aspectos, a transparência, a participação social e a avaliação contínua dos efeitos das normas. Uma dessas práticas é a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), que contribui para aprimorar o processo decisório e ajustar as políticas públicas de acordo com os resultados obtidos. Em relação à ARR, é correto afirmar que:

- A) gera a revogação automática de normas ineficientes;
- B) consiste em consulta interna aos servidores da agência;
- C) é conduzida *por* organismos internacionais independentes;
- D) pode acarretar punição para os reguladores que editaram norma de baixa efetividade ou efeito adverso;
- E) tem prazo certo para ser realizado apenas nos casos em que a Análise de Impacto Regulatório for dispensada.

Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre avaliação de resultado regulatório e sobre o decreto 10.411/2020.

No caso, a única assertiva correta é a letra E, em conformidade com o artigo 12 do respectivo decreto:

Art. 12. Os atos normativos cuja AIR tenha sido dispensada em razão de urgência serão objeto de ARR no prazo de três anos, contado da data de sua entrada em vigor.

Assim, lei seca pura.

Gabarito: E.

58. Uma agência reguladora implementou agenda regulatória participativa, envolvendo diversos setores da sociedade e promovendo audiências públicas em várias regiões do país. Durante o processo, constatou-se que determinadas demandas apresentadas por grupos de interesse conflitaram com estudos técnicos elaborados pela equipe da agência, que apontavam potenciais riscos à qualidade dos serviços se aquelas demandas fossem integralmente acatadas. Diante desse cenário, a agência reguladora deve:

- A) abster-se de regular a matéria em razão do conflito de entendimento, a fim de se evitar norma com efeitos adversos;
- B) tentar conciliar os estudos técnicos com as contribuições recebidas;
- C) punir os grupos de interesse pela participação lesiva no processo participativo;
- D) promover consulta pública para que a participação social arbitre sobre a decisão final;
- E) editar norma provisória com a análise de duas contribuições com argumentos distintos ou conflitantes.

Comentários:

Trata-se de questão que versa em parte sobre os instrumentos de regulação, mais especificamente, sobre o papel mediador da agência reguladora. Atua o Estado de forma indireta sobre determinados nichos econômicos através dos denominados instrumentos de regulação que são divididos nas funções prestadas pelo Estado, sendo divididos em a) atos normativos para supervisão e regulamentação da atividade econômica; b) mediação entre os interesses dos setores públicos e privados; c) exercício de poder de polícia sobre a atividade econômica, com a expedição de regulamentos proibitivos próprios ou por aplicação de sanções administrativas nas infrações a serem apuradas no caso concreto função judicante; d) fomento, estímulo e promoção a determinadas atividades, a fim de se alcançar os objetivos políticos estabelecidos pelo Poder Público.

Ademais, as boas práticas regulatórias estão justamente presentes na função conciliatória dos estudos com as contribuições recebidas, levando-se em conta todo o contexto envolvido, refletindo princípios de regulação participativa.

Gabarito: B.

59. O gerenciamento de riscos regulatórios demanda uma abordagem estruturada e responsiva, sobretudo em cenários de crise sistêmica como emergências sanitárias, nas quais a manutenção da estabilidade institucional e da continuidade regulatória se torna ainda mais desafiadora. Nesses contextos, é imperativo que as agências reguladoras adotem mecanismos dinâmicos de governança de riscos, capazes de identificar ameaças emergentes, avaliar sua criticidade e implementar ações mitigadoras alinhadas à missão institucional e à proteção do interesse público. Considerando essa perspectiva, uma prática compatível com a boa governança regulatória em situações excepcionais é:

- A) designar uma equipe *ad hoc* para fazer monitoramento *in loco*, agendando a análise documental para fase oportuna;
- B) determinar a suspensão das ações administrativas, como medida preventiva de exposição dos agentes a riscos sanitários;
- C) adotar conduta de espera da normalização do contexto, de modo a evitar decisões que possam gerar precedentes regulatórios e jurídicos instáveis;
- D) operacionalizar plano de gestão de riscos emergenciais, com previsão de medidas de contingência e protocolos de resposta rápida baseados em critérios de criticidade;
- E) mitigar fluxos de comunicação institucional com os entes regulados, de modo a preservar a autonomia técnica da agência e evitar pressões externas durante a crise.

Comentários:

Trata-se de questão que requer uma boa interpretação do caso concreto para analisar a medida a ser adotada.

Perceba o seguinte, em se tratando de boa governança regulatória, em uma situação crítica de risco, é necessária a confecção de um plano de gestão dos ditos riscos emergenciais e protocolos de resposta rápida. Em suma, 1) Medidas de contingência; 2) Protocolos de resposta rápida; 3) Priorização com base em **criticidade e impacto**; 4) Ações alinhadas à **missão institucional e proteção do interesse público**.

Assim, a única assertiva correta é a letra D.

Gabarito: D.

60. Uma agência reguladora busca aperfeiçoar suas práticas de fiscalização sobre empresas concessionárias, com base em princípios reconhecidos de boa governança regulatória. Considerando as diretrizes contemporâneas de fiscalização inteligente e responsiva, a conduta alinhada com uma boa prática de supervisão regulatória é:

- A)** concentrar a fiscalização nas obrigações contratuais de natureza financeira, priorizando auditorias de balanço em ciclos fixos;
- B)** estruturar o planejamento fiscalizatório a partir da combinação de critérios objetivos e qualitativos, considerando o perfil regulatório das concessionárias e indícios de exposição a riscos relevantes;
- C)** uniformizar os instrumentos de fiscalização para todos os setores regulados, assegurando tratamento isonômico por meio de roteiros padronizados e visitas simultâneas;
- D)** substituir fiscalizações presenciais por autos de infração automatizados, emitidos a partir de dados autodeclarados pelas empresas, como forma de engajamento;
- E)** suspender rotinas fiscalizatórias periódicas sempre que as concessionárias apresentarem índices de desempenho acima da média setorial por um período predeterminado.

Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre a regulação responsiva. Em suma, um modelo de fiscalização/regulação em que se busca, ao invés de aplicar somente sanções aos regulados, permitir que os regulados passem a atuar consoante as regras e regulamentos de forma mais eficaz, utilizando uma combinação de ações educativas, preventivas e corretivas, em vez de depender exclusivamente de sanções.

Nessa linha, cabe à agência reguladora buscar combinar critérios ao elaborar seu plano de fiscalização, considerando a condição de cada ente regulado.

Assim, a única alternativa a prever tal situação é a B, que fala que cabe à agência estruturar o planejamento fiscalizatório a partir da combinação de critérios objetivos e qualitativos, considerando o perfil regulatório das

concessionárias e indícios de exposição a riscos relevantes.

Gabarito: B.

61. Durante a fase de estruturação de um contrato de concessão, a equipe técnica elabora uma matriz de riscos que identifica, classifica e aloca os principais eventos que podem afetar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. No contexto das melhores práticas de análise e gerenciamento de risco contratual, a alternativa que expressa um princípio associado à alocação eficiente de riscos é a seguinte:

- A) os riscos devem ser alocados entre as partes, de modo a se atingir o menor custo econômico para o contrato;
- B) os riscos devem ser transferidos integralmente ao agente privado, pois sua remuneração inclui um componente de risco setorial;
- C) a alocação ótima de riscos ocorre quando o poder concedente assume todos os riscos não gerenciáveis, garantindo ao concessionário estabilidade do equilíbrio econômico-financeiro;
- D) a alocação de riscos deve ser fixada *ex ante* e mantida inalterada durante toda a vigência do contrato, de forma a gerar previsibilidade;
- E) a gestão de riscos dispensa monitoramento durante a execução contratual, desde que mecanismos de seguro estejam devidamente previstos.

Comentários:

Trata-se de assertiva que primeiramente prevê a ideia de uma contratação via concessão com possibilidade de análise do contrato firmado a partir de uma matriz de riscos. Segue a questão perguntando sobre a alocação eficiente de recursos.

Perceba o seguinte, a alocação eficiente de riscos busca distribuí-los de forma que cada parte assuma o que pode gerenciar melhor, minimizando o custo total do contrato e fazendo com que o serviço seja prestado da melhor forma possível.

A única alternativa possível é a letra A.

Gabarito: A.

62. Um relatório de uma agência reguladora aponta que a aplicação do regime de regulação por *price cap* gerou redução real das tarifas nos primeiros ciclos regulatórios. Contudo, a partir de determinado período, observou-se queda na qualidade do serviço prestado e aumento nas falhas. Considerando esse diagnóstico, a medida técnica apropriada para ajustar o modelo regulatório sem comprometer seus incentivos é:

- A) substituir o *price cap* por um modelo baseado na recuperação integral dos custos declarados pelas concessionárias;
- B) permitir reajustes tarifários extraordinários com base em variações no volume de serviços prestados por ciclo regulatório e ajustados por indicadores de qualidade;
- C) fixar as tarifas no valor atual por prazo determinado, vinculando qualquer reajuste à recuperação dos índices de qualidade;
- D) eliminar o componente inflacionário do reajuste, corrigindo apenas com base em metas de desempenho físico;
- E) recalibrar o fator X de produtividade e incorporar indicadores de qualidade com impacto direto na revisão tarifária.

Comentários:

O preço-teto é uma forma de regulação de preços em que as autoridades governamentais ou regulatórias estabelecem um limite máximo para os preços que uma empresa pode cobrar por um bem ou serviço. Esse teto visa proteger os consumidores de abusos por parte de empresas monopolistas ou com poder de mercado excessivo, especialmente em mercados com baixa concorrência.

Nesse sentido, **recalibrar o fator X de produtividade** permite ajustar a eficiência e incorporar indicadores de qualidade com impacto direto na revisão tarifária.

Ao contrário de outras formas de regulação, assim como o preço-mínimo (que define um preço abaixo do qual

um bem ou serviço não pode ser vendido), o preço-teto define um limite superior para o preço, geralmente com o objetivo de evitar que o preço se torne excessivo ou inacessível para os consumidores.

O preço-teto é estabelecido com base em diferentes parâmetros, que podem variar conforme o setor ou mercado.

Gabarito: E.

63. Na teoria econômica, a distinção entre bens públicos, privados, comuns e de clube é central para compreender as falhas de mercado e a justificativa para a ação estatal. Considerando as propriedades de exclusividade e rivalidade no consumo, a alternativa que expressa corretamente uma implicação econômica dos bens públicos puros é a seguinte:

- A) a ausência de exclusão no acesso a bens públicos decorre de seu baixo valor econômico, o que dispensa incentivos à provisão pública;
- B) os bens públicos, por não apresentarem rivalidade, tendem a gerar consumo excessivo, sendo mais bem providos por mecanismos de preço fixados pelo próprio mercado;
- C) bens públicos são, por definição, bens patrimoniais indisponíveis, sendo, portanto, classificados como ativos permanentes de titularidade estatal;
- D) a existência de externalidades positivas nos bens públicos implica sua comercialização eficiente por firmas privadas com contratos de desempenho ajustáveis;
- E) a coexistência de consumo não rival e acesso não excludente compromete a precificação eficiente por agentes privados, favorecendo a intervenção estatal por meio de provisão direta ou mecanismos coletivos de financiamento.

Comentários:

Trata-se de questão que versa sobre bens públicos, no caso, falhas de mercado. Os bens públicos são aqueles que são não excludentes e não rivalizantes. Em relação aos não excludentes, temos a situação de que ninguém pode ser excluído do uso do bem, ou seja, não é possível impedir que uma pessoa use o bem (como acontece com o

ar ou a iluminação pública).

Em relação aos não rivalizantes, temos a situação de que o uso do bem por uma pessoa não diminui a quantidade disponível para outros (por exemplo, se alguém desfruta de um parque, isso não impede que outras pessoas também usufruam dele ao mesmo tempo).

Logo, por serem não rivalizantes e não excludentes, não há incentivo para agentes privados, cabendo a intervenção do Estado com provisão direta ou com mecanismos de financiamento.

Gabarito: E.

64. A partir da reforma do Estado brasileiro nos anos 1990, buscou-se redefinir as funções estatais sob uma perspectiva gerencial, com maior ênfase na regulação e na coordenação estratégica do setor público. Nesse contexto, a criação de agências reguladoras independentes teve como um de seus objetivos:

- A) restringir a delegação de serviços públicos à iniciativa privada, a fim de evitar desequilíbrios concorrenciais e concentração setorial;
- B) delegar a execução direta de políticas públicas setoriais, com as agências substituindo os ministérios na condução de ações operacionais;
- C) uniformizar as políticas tarifárias de serviços públicos delegados, subordinando a atuação regulatória à lógica orçamentária federal e aos ciclos fiscais anuais;
- D) representar os interesses do setor produtivo nas negociações com o Poder Executivo, já que as agências passariam a, atuar como ente articulador da formulação normativa;
- E) instituir instrumentos de Estado especializados e mecanismos de resguardo decisório, voltados à mediação normativa entre agentes públicos e privados em contextos contratuais complexos.

Comentários:

Trata-se de questão sobre o papel das agências reguladoras que possuem autonomia decisória, bem como tem por objetivo mediar interesse público com o privado, no caso, os agentes de mercado.

Veja só, o Estado, ao intervir na economia com função tipicamente regulatória, o faz via agências reguladoras, ou seja, autarquias componentes da administração indireta, com personalidade jurídica de direito público, que estão sujeitas a um regime especial a que a elas é inerente, com vinculação ao ministério competente da atividade, tão somente para fins organizacionais. **Não há, aqui, subordinação hierárquica.**

O que se tem aqui é a criação, por meio de lei, de agências que contenham tecnicidade sobre a regulação em determinado setor da economia, sem prejuízo do controle, e também das atividades prestadas via concessão ou permissão dos serviços públicos delegados.

Após a Constituição Federal de 1988, determinadas atividades, por opção governamental, passaram à iniciativa privada sob a justificativa de melhor prestação dos serviços e num verdadeiro programa de retirar da máquina pública atividades que não lhe competem.

Para tanto, era necessária uma legislação que garantisse a legalidade da desestatização almejada. Dois dos principais objetivos eram a melhor prestação da atividade transferida e a redução do déficit público. Veja, a dimensão do Estado à época era incompatível com o que pretendeu o constituinte.

Nessa linha, a criação das agências tem por objetivo instituir instrumentos de Estado especializados e mecanismos de resguardo decisório, voltados à mediação normativa entre agentes públicos e privados em contextos contratuais complexos

Gabarito: E.

65. Durante uma auditoria técnica em uma concessionária de serviços públicos, são identificadas falhas recorrentes no atendimento aos padrões de qualidade estipulados no contrato. Diante disso, o poder concedente decide ampliar os instrumentos de controle. Nesse contexto, um conjunto de ferramentas que podem ser utilizadas no controle da qualidade contratual é:

- A) laudo pericial, cláusula penal e análise de riscos operacionais;
- B) indicadores de desempenho, relatórios técnicos e inspeções em campo;
- C) termo de referência, pesquisa de imagem e projeto executivo;
- D) reuniões internas da concessionária, carta de serviços e autoavaliação;

E) plano de marketing, metas de faturamento e grau de satisfação institucional.

Comentários:

Para começar, grave que o **controle da qualidade contratual** em concessões de serviços públicos busca **garantir que o prestador cumpra padrões técnicos e de atendimento** previstos no contrato.

Nessa linha, o controle de qualidade contratual é exercido por indicadores de desempenho, relatórios técnicos e inspeções em campo. Os indicadores medem quantitativamente a qualidade do serviço. Os relatórios registram cumprimento das obrigações contratuais e resultados das inspeções.

Por último, as inspeções verificam *in loco* a execução do serviço, complementando os dados dos indicadores e relatórios.

Gabarito: B.

66. Após a detecção de não conformidades, o poder concedente realiza auditoria técnica na execução do contrato de concessão, buscando elementos que sustentem medidas corretivas. Sobre o papel da auditoria da qualidade, nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) seu conteúdo é confidencial e não pode ser usado como base legal;
- B) não deve conter recomendações, mas apenas constatação dos fatos;
- C) substitui o papel do poder concedente na fiscalização contínua;
- D) pode resultar em subsídios para revisão contratual, sanções ou reequilíbrio;
- E) deve ser conduzida pela própria concessionária para garantir a imparcialidade.

Comentários:

Trata-se de uma questão sobre auditoria de qualidade. Nesse sentido, a **auditoria técnica em concessões** tem como objetivo **avaliar a execução do contrato, identificar não conformidades e fornecer elementos técnicos** que sustentem decisões do poder concedente, incluindo medidas corretivas, ajustes contratuais e aplicação de sanções.

Dito isso, é como se fosse uma etapa de avaliação contratual para trazer subsídios necessários a uma possível revisão contratual, sanções ou reequilíbrio.

Gabarito: D.

67. Ao final de um processo administrativo sancionador (PAS), fica comprovado que a concessionária descumpriu cláusulas essenciais do contrato. A autoridade competente avalia a sanção cabível. Com base na legislação e nas boas práticas regulatórias, são sanções compatíveis com o PAS:

- A) ressarcimento compulsório e prisão preventiva;
- B) publicidade negativa e exclusão de cargos eletivos;
- C) advertência, multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- D) cancelamento de CNPJ e bloqueio judicial de bens;
- E) confisco de receitas e impedimento de atuação em outros municípios.

Comentários:

Trata-se de questão sobre o **processo administrativo sancionador (PAS)** em concessões ou contratos públicos que tem como intuito verificar **infrações contratuais e aplicar sanções administrativas proporcionais**, garantindo a **legalidade, a proporcionalidade e o devido processo legal**.

Dito isso, as sanções comuns a serem aplicadas ao concessionário são: advertência, multa, suspensão temporária

ou declaração de inidoneidade.

A lei 8.987/95 traz um rol de sanções que são aplicadas após o devido processo legal, assim como, a Lei 13.303/2016.

Gabarito: C.

68. Uma agência reguladora está prestes a editar uma norma que impõe novos requisitos técnicos aos prestadores de serviços de telecomunicações. Antes da publicação da norma, técnicos da agência propõem a realização de uma Análise de Impacto Regulatório (AIR), considerando os custos de implementação, os efeitos concorrenciais e o benefício para os usuários. Nesse contexto, a função da AIR é:

- A) garantir que a norma seja aprovada pelo Poder Legislativo;
- B) justificar politicamente as decisões da diretoria colegiada da agência;
- C) reduzir o número de reclamações de consumidores após a publicação;
- D) avaliar a eficácia da norma somente após sua implementação;
- E) subsidiar a tomada de decisão regulatória com evidências sobre custos, benefícios e alternativas.

Comentários:

Trata-se de questão que requer o conhecimento da análise de impacto regulatório e do decreto 10.411/2020.

Perceba que a origem de tal procedimento se deu com o efetivo surgimento da expressão custo regulatório, ou seja, determinadas atividades econômicas, a partir de uma regulação incisiva, passariam a se tornar efetivamente onerosas, fato que desaceleraria o estímulo à continuidade. Logo, a cada intervenção regulatória, caberia uma análise aprofundada sobre o real custo da edição de novos atos normativos técnicos, de forma a subsidiar a tomada de decisão regulatória com evidências sobre custos, benefícios e alternativas.

Nesse sentido, a adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

Dito isso, trata-se de procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia da edição dos atos normativos que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.

Gabarito: E.



Estratégia
Concursos

FAÇA PARTE DO GRUPO DE ESTUDOS DO ESTRATÉGIA CONCURSOS NO WHATSAPP! 🦉

Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo do CNU- Bloco 7.



CLIQUE AQUI E ACESSE!



O QUE VOCÊ ACHOU DESTA E-BOOK?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

[AVALIAR ESTE E-BOOK](#)



NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

[ASSINAR AGORA](#)



CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

[PRATICAR AGORA](#)



